

PARÁ Industrial

JUNHO 2012 • ANO 5 • EDIÇÃO 20

MINERAÇÃO VERDE

**MINERADORAS COM
ATUAÇÃO NO PARÁ INVESTEM
NAS MELHORES PRÁTICAS
AMBIENTAIS, PROVANDO
QUE É POSSÍVEL HAVER
EQUILÍBRIO ENTRE A ATIVIDADE
E O MEIO AMBIENTE**





Rede

SENAI

Meio Ambiente

ASCOM/FIEPA

Intensificar o atendimento às indústrias do Pará para prover soluções ambientais e tecnológicas com foco no desenvolvimento sustentável.

O SENAI presta serviço de assistência tecnológica ambiental às empresas com o objetivo de fortalecer a indústria no atendimento de requisitos legais, mercadológicos e promover o desenvolvimento sustentável.

Através da Rede SENAI de Meio Ambiente, empresas de qualquer segmento do setor produtivo industrial adquirem excelência operacional que garantem a sustentabilidade econômica, social e ambiental das indústrias do Estado do Pará.

Acesse www.senai.br/meioambiente

SERVIÇOS PRESTADOS

- ✿ Licenciamento Ambiental
- ✿ Produção mais limpa
- ✿ Educação Ambiental
- ✿ Gerenciamento de Resíduos
- ✿ Diagnóstico Ambiental
- ✿ Elaboração de Projetos
- ✿ Monitoramento Ambiental
- ✿ Implantação da ISO 14.001

Entre em contato com o
Departamento Ambiental do SENAI
através dos telefones: (91) 4009 4770 / 4761



SENAI



24

Empresas que trabalham com a mineração investem em tecnologias e processos inovadores para aliar a qualidade da produção com a conservação do meio ambiente

40

Cursos moldados de acordo com as necessidades de uma empresa são tendência

44

Programa qualifica pessoas com deficiência para ingressarem no mercado de trabalho

48

A qualificação é fundamental até na hora de abrir o primeiro negócio

16

A cobrança pela utilização dos recursos hídricos ainda gera discussão e pode não ser tão rentável como mostram as previsões. No Pará, a implantação ainda é uma incógnita

18

Nas ruínas do Engenho do Murutucu, em Belém, se esconde uma boa parte da história da indústria canavieira no Pará. Pesquisadores tentam manter e valorizar essa memória

21

A diversificação de fontes de energia na indústria é imprescindível. Neste contexto, o coque de petróleo surge como uma fonte rentável e menos poluente

32

Produtores de joias se preparam para iniciar o processo de internacionalização de suas peças, a partir da criação do Consórcio de Joias do Pará

SEÇÕES

➤ **Editorial**
Pg. 5

➤ **Radar da Indústria**
Pg. 6

➤ **Direitos e Deveres**
Pg. 14

➤ **Vida Corporativa**
Pg. 52

ARTIGO

➤ **José Olímpio Bastos**
Pg. 39



NÓS NUNCA VAMOS CONSEGUIR DESENVOLVER O PARÁ SE TIVERMOS UM ESTADO MARCADO PELO DESMATAMENTO, PELA FALTA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, POR CONFLITOS SOCIAIS."

ENTREVISTA com Justiniano Netto, Secretário Extraordinário de Estado para Coordenação do Programa Municípios Verdes

DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ / FIEPA QUADRIÊNIO 2010/2014

PRESIDENTE

José Conrado Azevedo Santos

VICE-PRESIDENTES

Sidney Rosa • 1º Vice-Presidente
 Gualter Parente Leitão • 2º Vice-Presidente
 Manoel Pereira dos Santos Júnior
 Nilson Monteiro de Azevedo
 Roberto Kataoka Oyama
 Luiz Carlos da Costa Monteiro
 Hélio de Moura Melo Filho
 José Maria da Costa Mendonça
 Luiz Otávio Rei Monteiro
 Juarez de Paula Simões
 Marcos Marcelino de Oliveira

SECRETÁRIOS

Elias Gomes Pedrosa Neto • 1º Secretário
 Antonio Djalma Souza Vasconcelos • 2º Secretário

TESOUREIROS

Ivanildo Pereira de Pontes • 1º Tesoureiro
 Roberto Rodrigues Lima • 2º Tesoureiro

DIRETORIA

Carlos Jorge da Silva Lima
 Antonio Pereira da Silva
 Pedro Flávio Costa Azevedo
 Rita de Cássia Arêas dos Santos
 Cezar Paulo Remor
 Antonio Emil dos Santos L. C. Macedo
 Solange Maria Alves Mota Santos
 André Luiz Ferreira Fontes
 Raimundo Gonçalves Barbosa
 Frederico Vendramini Nunes Oliveira
 Darci Dalberto Uliana
 Fernando Bruno Barbosa
 Neudo Tavares
 Armando José Romanguera Burlle
 Paulo Afonso Costa
 Nelson Kataoka

CONSELHO FISCAL

Efetivos:
 Fernando de Souza Flexa Ribeiro
 Luizinho Bartolomeu e Macedo
 Lísio dos Santos Capela

Suplentes:

José Duarte de Almeida Santos
 João Batista Correa Filho
 Mário César Lombardi

DELEGADOS

Efetivo junto à CNI:
 José Conrado Azevedo Santos

Suplentes junto à CNI:

Shydney Jorge Rosa
 Gualter Parente Leitão
 Manoel Pereira dos Santos Júnior

SUPERINTENDENTE REGIONAL DO SESI

José Olímpio Batos

DIRETOR REGIONAL DO SENAI

Gerson dos Santos Peres

DIRETOR REGIONAL DO IEL

Gualter Parente Leitão

CHEFE DE GABINETE DA FIEPA

Fabio Contente Biolcati Rodrigues



JUNHO DE 2012
ANO 5 • EDIÇÃO 20

Revista do Sistema Federação das
 Indústrias do Estado do Pará
 (FIEPA / SESI / SENAI / IEL)

temple
 COMUNICAÇÃO

PRODUÇÃO

Travessa Benjamin Constant, nº 1412
 Bairro Nazaré | Cep: 66035-060
www.temple.com.br
temple@temple.com.br

REDAÇÃO

Coordenação: Cleide Pinheiro
Edição: Camila Gaia
Projeto gráfico: Calazans Souza
Tratamento de imagem e diagramação: D'Angelo Valente,
 Antônio Machado e Márcio Euclides
Foto da capa: Arquivo Imerys
Reportagens: Adriana Ferreira, Antonio Fausto, Frank Siqueira,
 Jaqueline Ferreira, Juliana Gatto, Lorena Nobre Dourado,
 Nathalia Petta, Sâmia Maffra, Stephanie Amorim, Valéria
 Barros, Yasmin Uchôa e Yuri Age
Revisão de texto: Karlene Monteiro
Revisão de conteúdo: Ivanildo Pontes

PUBLICIDADE

Temple Comunicação
temple@temple.com.br
 (91) 3205-6504
Impressão: Marques Editora
Tiragem: 15.000 exemplares

** As opiniões contidas em artigos assinados são de
 responsabilidade de seus autores, não refletindo
 necessariamente o pensamento da FIEPA.*



FALE COM A PARÁ INDUSTRIAL

www.fiepa.org.br

Assessoria de Comunicação da Fiepa
 Travessa Quintino Bocaiúva, nº 1588, 7º andar. CEP: 66035-190. Belém (PA)
 (91) 4009-4900 / 3224-1995
 Comentários e sugestões de pauta: ascom@fiepa.org.br

twitter

Siga o nosso perfil
 @sistemaFIEPA



A INDÚSTRIA DA SUSTENTABILIDADE

JOSÉ CONRADO SANTOS

PRESIDENTE DO SISTEMA FIEPA

A sustentabilidade, um conceito ainda recente, porém já muito difundido, ainda apresenta problemas para que a sociedade compreenda o seu real significado. Ligado às questões ambientais, o desenvolvimento sustentável também perpassa pelas esferas social e econômica. Este tema, inclusive, será o norte para as discussões propostas pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, que será realizada de 13 a 22 de junho, na cidade do Rio de Janeiro.

Vinte anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), políticos, empresários, representantes do terceiro setor e membros da sociedade em geral voltam a discutir um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o planeta, dessa vez, centrado na economia verde.

O setor industrial brasileiro, que representa 28% do PIB, recolhe 45% de todos os impostos, emprega 25% da população e responde por metade das exportações, também tem muito a contribuir para a economia verde. Práticas bem sucedidas do setor privado, como as ações de Produção Mais Limpa (P+L), o Programa Senai de Ações Inclusivas (Psai) e os compromissos assumidos na Agenda Ambiental da Indústria, poderiam servir de inspiração para a construção de políticas públicas eficientes, que garantissem o crescimento da economia do país de maneira sustentável.

É preciso produzir sem desmatar. Focando a preservação dos nossos recursos naturais, teremos matéria-prima por muito tempo para continuarmos crescendo e despontando como uma das maiores economias mundiais. O povo da região amazônica tem muito que repassar para os indivíduos de outras regiões e outros países. Mantemos em nosso território a maior floresta do mundo. De acordo com o Instituto Alerta Pará, de todo o território paraense, 76% são áreas de floresta e, apenas, 24% são zonas antropizadas. Isso prova que, ao longo de sua história, os paraenses, assim como a população amazônica, souberam trabalhar de forma integrada os conceitos da produção com a preservação da biodiversidade amazônica.

Apesar dos 76% de território preservado, não podemos fechar os olhos para esta parcela de 24% de zonas

antropizadas e, para reverter este quadro, tornando o desmatamento ainda menor, o Pará já está exportando cases de sucesso. O município de Paragominas, que antes figurava na lista daqueles que mais desmatavam e fazia parte do grupo de municípios embargados pelo Ministério do Meio Ambiente, vem recompondo seus recursos naturais por meio de um grande pacto firmado pelo poder público municipal e a iniciativa privada.

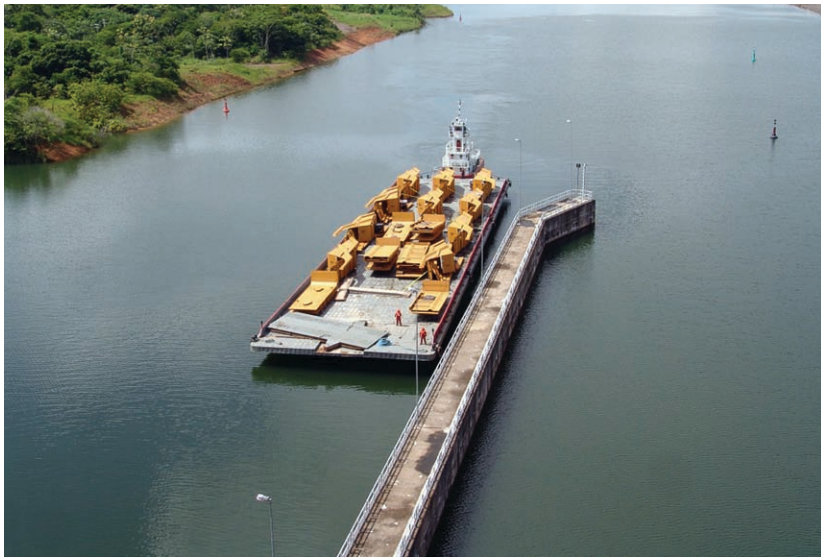
Naquele município, o governo municipal foi o grande indutor da iniciativa, porém, se não fosse a conscientização e apoio do setor produtivo local, provavelmente o município de Paragominas permaneceria em situação desconfortável.

A indústria comprou a ideia de ser sustentável, até porque, se não for assim, estaremos nos condenando. É preciso suprir as necessidades da geração atual, no entanto, não podemos deixar de pensar no futuro, naqueles que ainda virão. E o setor produtivo, de forma consciente, pode contribuir com este conceito que relaciona tão bem o meio ambiente com o progresso. Por meio da inserção de tecnologias e processos inovadores, a indústria vem provando que é possível otimizar a utilização dos recursos, evitando o desperdício e desenvolvendo técnicas de 3R – Reduzir, reutilizar e reciclar.

É pelo compromisso e pelas experiências já desenvolvidas no processo produtivo que a indústria brasileira estará presente nas discussões para o novo modelo de desenvolvimento do planeta, que trabalhe de maneira mais eficiente a utilização dos recursos naturais. Esperamos que as discussões promovidas pela Rio +20 avancem no sentido de renovar o compromisso político com a sustentabilidade, apresentando um modelo viável e eficiente de crescimento verde. A expectativa do setor produtivo está em consonância com os desejos da sociedade por um mundo melhor, mais verde e propício para a perpetuação da humanidade. ◀



Ilustração: Wilson Vicente



VALE ADOTA TRANSPORTE ECOLÓGICAMENTE MAIS LIMPO

Desde março deste ano, a Vale está usando o Rio Tocantins, no sudeste paraense, para transportar as cargas das operações que empreende na região. O ineditismo da operação consiste justamente na utilização da Hidrovia Tocantins-Araguaia, incluindo a transposição das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí (UHE-Tucuruí) no sentido Belém/Marabá. O uso da hidrovia diminui tanto o tempo quanto os custos dos trajetos e reduz a emissão de gás carbônico para a atmosfera, graças à redução do número de caminhões circulando nas estradas do Pará. Para se ter uma noção, o transporte de 425 toneladas de carga entre o Porto de Vila do Conde, em Barcarena, até Parauapebas caiu de 874 para 165 km de estrada. A opção pela hidrovia também reduziu em 82 toneladas o nível de gás carbônico emitido nesse trajeto – o equivalente ao plantio de aproximadamente 520 árvores. A nova rota de transporte configura-se como uma alternativa ao escoamento da produção e de insumos para toda a região e vai atender às obras de construção da ALPA (Aços Laminados do Pará), siderúrgica que a Vale está construindo em Marabá.

ERRATA

Na última edição da revista PARÁ INDUSTRIAL (mar/2012), na matéria "COD amplia mercado e competitividade", um erro no fechamento da publicação fez com que a imagem da bandeira de Israel tivesse suas cores trocadas. Em vez das cores branca e azul, a bandeira ganhou uma terceira cor, a vermelha. A federação, que conta com colaboradores da comunidade judaica, bem como com associados do país da Ásia Ocidental, reconhece a importância da nação israelita para a economia paraense e faz questão de justificar o erro no lábaro israelita. O país é um dos grandes parceiros comerciais do Estado, importando a carne e a madeira made in Pará, inclusive, no último ano, a exportação paraense para Israel registrou crescimento de 24.5%.

UFPA E PETROBRAS: ESFORÇOS PARA PESQUISA EM GEOFÍSICA NA AMAZÔNIA

O Pará dispõe agora de grande ferramenta para o desenvolvimento das pesquisas geofísicas na Amazônia: o Laboratório de Pesquisa e Exploração de Petróleo e Gás, abrigado na Universidade Federal do Pará (UFPA) e pertencente ao Programa de Pós-graduação em Geofísica da instituição. Inaugurado em março deste ano, o espaço foi erguido graças à parceria entre UFPA e Petrobras, para promover o desenvolvimento de pesquisas e a formação de mão de obra qualificada na região.

Foram três anos e meio para construir o espaço, que exigiu investimentos da ordem de R\$ 1,3 milhão, financiados pela Petrobras e Agência Nacional do Petróleo (ANP). O Laboratório integra a Rede Telemática de Geofísica Aplicada, política de incentivo para pesquisas em Geofísica da Petrobras. Maior estatal brasileira, a empresa trabalha em parceria com as universidades federais desde a década de 1980, por meio de convênios em prol da produção de mão de obra qualificada no Brasil.

O Laboratório de Pós-graduação em Geofísica conta com 15 salas de professores, quatro salas multimídia, auditório com capacidade para 85 pessoas e quatro laboratórios específicos para Métodos Sísmicos, Métodos Potenciais, Métodos Eletromagnéticos e Geofísica de Posto, áreas de concentração do Programa de Pós-graduação em Geofísica da UFPA, o primeiro do gênero na Amazônia.



Fotos: Ray Nonato

CORRIDA DO SESI 2012

A 22ª edição da Corrida do Sesi reuniu mais de três mil corredores profissionais e amadores, grande parte trabalhadores da indústria, pelas principais ruas de Belém, no dia 1º de maio. A prova, com percurso de 10 km, teve como vencedor da categoria 'masculino' Rosivaldo Silva, 34 anos, um veterano da competição (foto). Esta foi a quinta vez que o atleta venceu a prova. "Um preparador físico monta o meu treinamento em planilhas e eu vou desenvolvendo em Bragança, onde moro. Com essa vitória, vejo que estou no caminho certo", comemorou. Já na categoria 'feminino', Isonete dos Santos Moura venceu a prova pela primeira vez. Natural de Santarém, a jovem de 27 anos reforçou os treinamentos e completou o percurso com aproximadamente 38 minutos. "Há dois meses reforcei meu treino e o meu rendimento melhorou bastante. Fiquei satisfeita com meu tempo na corrida", explicou. Os trabalhadores Adão Assunção, Moisés Saraiva, Roneilma Silva e Maria Célia Chaves, que conquistaram os primeiros lugares na categoria industrial, além da premiação em dinheiro, participarão, patrocinados pelo Sesi, da 88ª Edição da Corrida Internacional de São Silvestre, que acontece em São Paulo, no dia 31 de dezembro de 2012. Os representantes paraenses contarão com acompanhamento técnico de um profissional, passagens aéreas, hospedagem e alimentação, tudo disponibilizado pelo Sesi. Boa sorte!

SOLIDARIEDADE - Esporte e solidariedade estiveram unidos na Corrida do Sesi. Durante as inscrições para a prova, foram arrecadados alimentos não perecíveis para doação à Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia (AVAO). No total, 2,5 toneladas foram recolhidas e partilhadas entre outras 20 instituições, entre elas a Colônia do Prata, que cuida de doentes de hanseníase; o orfanato Mover e a Creche Santa Parceria, no bairro do Tucunduba.



João Bosco Galvão, assessor de comunicação do Sistema Fiepa, o vencedor Celso Freire e Yuri Age, coordenador da comunicação do Sistema FIEPA, durante a premiação, em Brasília.

LIBERAL CBN LEVA O PRÊMIO CNI DE JORNALISMO

Reconhecer o papel da imprensa e seu compromisso com a agenda do desenvolvimento do país foi o objetivo do Prêmio CNI de Jornalismo, entregue no final de maio, em Brasília, para os melhores trabalhos veiculados em TVs, jornais, revistas, rádios, sites e blogs. Os participantes concorreram em 13 modalidades diferentes. Ao todo, 323 reportagens foram inscritas e 32 selecionadas entre as finalistas. Na categoria Regional Norte, quem levou foi a Rádio O Liberal CBN, de Belém, com a matéria Joias da Amazônia, produzida por Celso Freire e José Luis Silva. Durante a premiação, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, anunciou a segunda edição do prêmio, que será realizada em 2013 e passará de R\$ 240 para R\$ 310 mil em valores brutos.

RADAR DA INDÚSTRIA

AÇÃO GLOBAL 2012

Mais de 12 mil pessoas foram atendidas pelo Ação Global 2012, que aconteceu em Castanhal, região nordeste do Estado. Ao longo do dia, foram realizados aproximadamente 23 mil atendimentos. Entre os serviços oferecidos estiveram a emissão de documentos (certidão de nascimento, carteira de trabalho, CPF, carteira de identidade, alistamento militar e título de eleitor), orientação jurídica, verificação de pressão arterial e glicemia, atendimento odontológico, prevenção ao câncer de mama e corte de cabelo.



PARÁ ADERE PROGRAMA EM PROL DA REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE CARBONO

O Pará já faz parte do seleto grupo dos estados que aderiu ao programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O programa ABC tem como objetivo promover a redução das emissões de carbono através do incentivo a processos tecnológicos que neutralizam ou minimizam o impacto dos gases de efeito estufa no campo, com metas e resultados previstos até 2020. Além de estimular os investimentos necessários para a incorporação de tecnologias de baixa emissão de carbono no processo produtivo, o programa também promove ações que permitem ao produtor realizar a regularização ambiental de sua propriedade. Outras metas do programa são estimular a redução do desmatamento de florestas e incentivar a implantação de sistemas produtivos ambientalmente sustentáveis.

SENAI INVESTE NA INOVAÇÃO

O Senai investirá R\$ 77 milhões na criação do primeiro Instituto Senai de Inovação em Tecnologias de Minerais, que será sediado na capital paraense e será o único em mineração no Brasil, além da revitalização e expansão do Centro de Desenvolvimento da Amazônia e do Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas. A ação, que faz parte do Programa Senai de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira, pretende aumentar a produtividade do setor por meio da educação profissional e da inserção dos processos de inovação. A aposta na ampliação das atividades e na modernização das instalações deve fortalecer a formação profissional e o desenvolvimento de soluções tecnológicas para a indústria no Pará.

DESENVOLVIMENTO SIM, MAS COM RESPONSABILIDADE

Abordar os principais desafios da gestão de empresas e o amadurecimento da responsabilidade socioambiental no mercado faz parte do escopo do curso inédito “Governança para a Sustentabilidade”. Criado pelo Senai, em parceria com o Conselho Temático de Responsabilidade Social (CORES), do Sistema Fiepa, o curso ocorrerá nos dias 28 e 29 de agosto. **Flora Barbosa, interlocutora regional de Responsabilidade Socioambiental do Senai**, fala sobre as perspectivas e metas dessa iniciativa, além da crescente demanda pelo desenvolvimento de ações efetivas, que incluam iniciativas norteadas pelo respeito socioambiental.

Quais os novos desafios do setor industrial no Pará?

O setor industrial no Pará está crescendo de forma muito positiva e o maior desafio nesse cenário, hoje, é garantir que esse desenvolvimento respeite a diversidade do Estado, englobando aspectos como a valorização da mão de obra local e a preservação do meio ambiente. A indústria paraense deve estar habilitada para enfrentar os desafios impostos pelo mercado por meio da geração de tecnologias e alto padrão de serviço, associados à criação de projetos sustentáveis alinhados com a realidade da região.

Existe gestão de empresas sem elo com a sustentabilidade?

De forma alguma. E para isso é importante lembrarmos que iniciativas sustentáveis não se resumem somente à questão ecológica, mas também à gestão interna, com incentivo e capacitação de colaboradores, além de participação ativa dessas empresas na comunidade em que estão inseridas, entre outros fatores.

Como garantir a implantação de políticas efetivas de responsabilidade socioambiental nas empresas?

Uma pesquisa recente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), encomendada pelo CORES, revelou que muitas empresas têm interesse em adotar iniciativas com foco na sustentabilidade, mas não têm um planejamento efetivo ou sabem como aplicá-lo. Portanto, é necessário ampliar os conhecimentos desses agentes de forma contínua e investir nas habilidades técnicas relativas à implantação de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável no setor produtivo, para que sejam aplicadas de forma sistematizada. É com este intuito que o Senai propõe, por meio do curso de “Governança para a Sustentabilidade”, a discussão das mudanças, perspectivas e os desafios da gestão empresarial atualmente, pois tais elementos têm se mostrado decisivos para o amadurecimento dos negócios no Pará.

O que falta para consolidar o Pará como referência em sustentabilidade?

Não basta consolidar o mercado industrial e produtivo. Precisamos garantir também a qualificação profissional para fortalecer e padronizar a qualidade do trabalho desenvolvido no Estado, a fim de garantir a competitividade do setor. Para auxiliar, o Senai pretende sensibilizar a sociedade como um todo para irradiar os princípios da responsabilidade socioambiental, incentivando a criação de técnicas, ferramentas e novas propostas. A formação de multiplicadores é um importante passo, por isso, já estamos planejando transformar o “Governança para a Sustentabilidade” em um curso de ensino à distância, para propagar o conhecimento também no interior do Estado.



Juliana Gatto

PARÁ: META DE REDUZIR EM 80% O DESMATAMENTO

Instituído pelo Governo do Estado em março de 2011, o Programa Municípios Verdes, inspirado em iniciativa similar adotada pioneiramente pelo município de Paragominas, trabalha com a meta de reduzir em 80%, até o ano de 2020, o índice de desmatamento no Pará. A afirmação é do secretário extraordinário Justiniano Netto, escolhido pelo governador Simão Jatene para assumir a coordenação do programa. A redução do desmatamento é apenas uma das metas do Municípios Verdes. O programa, segundo destacou Justiniano, conta com um mix de indicadores, entre os quais se incluem os índices de geração de empregos, o aumento da riqueza via Produto Interno Bruto (PIB), o surgimento de novos negócios e a atração de investimentos.

O governo considera que é possível produzir e ao mesmo tempo preservar os recursos naturais na Amazônia?

Sem dúvida alguma. Não apenas é possível como eu diria que esse é um requisito obrigatório para as atividades produtivas que pretenderem se desenvolver no século 21. O equilíbrio entre meio ambiente e produção não é mais um dogma, não é mais uma questão que deva ser discutida. Ela é hoje uma imposição dos mercados, dos fornecedores de crédito, e cada vez mais deve servir como base das relações comerciais, sobretudo as relações comerciais que tenham origem na Amazônia.

De que forma o programa se relaciona com o setor produtivo?

O Programa Municípios Verdes trabalha diretamente com o setor produtivo, em toda a sua extensão. Ele busca reduzir o desmatamento, mas usando para isso uma estratégia muito clara, através do fomento, do apoio à economia verde, à produção sustentável. Então o que nós queremos, em última análise, é criar um ambiente de negócios propício para que as atividades sustentáveis consigam se desenvolver no Estado do Pará. Nós nunca vamos conseguir desenvolver o Pará se tivermos um Estado marcado pelo desmatamento, pela falta de regularização fundiária, por conflitos sociais. Então o programa trabalha diretamente com o setor produtivo, dando-lhe o apoio necessário para que ele consiga prosperar dentro de uma base sustentável.

90

**DOS 144
MUNICÍPIOS
DO PARÁ JÁ
PARTICIPAM HOJE
DO PROGRAMA
E OUTROS DOIS
ESTÃO EM FASE
DE ADESÃO, O
QUE ELEVA PARA
92 O NÚMERO DE
PARTICIPANTES.**

“NÓS NUNCA VAMOS CONSEGUIR DESENVOLVER O PARÁ SE TIVERMOS UM ESTADO MARCADO PELO DESMATAMENTO, PELA FALTA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, POR CONFLITOS SOCIAIS. ENTÃO O PROGRAMA TRABALHA DIRETAMENTE COM O SETOR PRODUTIVO, DANDO-LHE O APOIO NECESSÁRIO PARA QUE ELE CONSIGA PROSPERAR DENTRO DE UMA BASE SUSTENTÁVEL.”

A atividade industrial, particularmente, não é afetada pelo programa?

O Programa Municípios Verdes se insere em todos os segmentos, mas trabalha muito próximo, em especial, com a indústria. Eu não diria que a indústria é afetada. Na verdade, ela é envolvida e beneficiada. E aí nós temos que entender um pouco o papel da indústria. Às vezes, a indústria está situada não apenas na ponta ou no meio da cadeia de produção, como recebedora e transformadora de matérias-primas. Muitas vezes também está na base primária. Tome-mos como exemplo a agroindústria ligada ao dendê. No Estado do Pará, a cadeia produtiva do dendê conta com indústrias que são proprietárias de terras, que plantam e colhem o dendê, fazendo todo o processo. Na cadeia da madeira, também. Nós temos indústrias madeireiras que têm desde a base florestal, através de concessão ou de fazendas próprias. Elas fazem o processo de extração, fazem a industrialização, fazem a venda e a comercialização. Em alguns segmentos industriais nós temos o setor primário e secundário mais dividido. Então, a indústria pode ser envolvida, seja colaborando para que não tenhamos desmatamento irregular, seja fazendo compras responsáveis. Em outras palavras, a empresa deve selecionar as matérias-primas que entram no seu processo produtivo, evitando comprar de quem desmata, de quem produz ilegalmente, de quem está incluído em lista de trabalho escravo. Enfim, de quem está envolvido em qualquer tipo de irregularidade ambiental ou fundiária.

O Programa Municípios Verdes pode contribuir para a oferta de matérias-primas? De que forma?

Com certeza. Eu acho que podemos ter não apenas mais matérias-primas, mas principalmente uma matéria-prima de maior qualidade, em que vão estar inseridos atributos ambien- ➡



tais, fundiários e sociais. Isso deve valorizar, inclusive, os produtos das indústrias paraenses. Quer dizer, a indústria da carne, a indústria da madeira e a indústria de grãos, por exemplo, vão poder incluir um atributo ambiental e oferecer produtos dentro de rigorosos padrões de regularidade.

O programa tem a participação de outras entidades, além do governo, e também da sociedade?

O governador Simão Jatene costuma dizer que o programa não é do governo, é um programa da sociedade. A iniciativa é do governo, que é quem catalisa, quem impulsiona, mas nós temos parcerias com outros entes governamentais, como é o caso dos municípios, da União e do Ministério Público. Também contamos com o apoio de entidades privadas e de organizações do terceiro setor. Podemos citar os casos da Fiepa, com quem estamos fechando um convênio de cooperação, da Faepa, do Imaزون, da TNC (The Nature Conservancy) e de outras entidades não governamentais.

De que forma a indústria pode contribuir com o programa para o desenvolvimento de ações de sustentabilidade?

Num primeiro momento, selecionando os seus fornecedores, exigindo deles regularidade ambiental e fundiária. Num segundo momento, indo a campo junto com o Programa Municípios Verdes naquelas atividades em que a indústria trabalha diretamente ligada à produção. Eu cito aqui o caso de indústrias madeireiras, que trabalham desde a floresta até a comercialização do produto. Então essas indústrias que têm florestas e que utilizam os recursos naturais devem primar por um bom manejo florestal, por produtos, de preferência certificados. Ou seja, que adotem um bom padrão de regularidade ambiental e fundiária. A mesma coisa para as indústrias que trabalham no uso do solo. Seja no reflorestamento, no plantio de grãos, nas agropecuárias. Sendo - como é - um elo da cadeia produtiva, a indústria, ao adotar como regra a qualidade ambiental e fundiária dos seus produtos, contribui para tornar também o mercado mais exigente, o que é bom para todos.

De que forma o governo avalia o desenvolvimento do programa?

Nós acompanhamos e avaliamos a eficácia do programa através de vários indicadores. A gente tem um indicador maior, que é o indicador do desmatamento, mas temos além dele uma série de outros indicadores em três grandes eixos de ação que se assenta o programa. O Municípios Verdes se divide nos eixos de ordenamento ambiental e fundiário, no eixo de gestão compartilhada e no eixo de apoio à produção. Vou dar um exemplo. No eixo de ordenamento ambiental, a gente tem ações como o CAR (Cadastro Ambiental Rural). Então eu meço o sucesso desse indicador pelo percentual de área no Estado do Pará inscritas no CAR. Eu posso dar um dado interessante. Hoje, nós temos 22 milhões de hectares inscritos no CAR, que representam 36% da área cadastrável no Estado do Pará. Por que área cadastrável? Porque áreas protegidas, por exemplo, não são passíveis de entrar no CAR. Então, do Estado do Pará como um



NÓS TEMOS, POIS, DIVERSOS INDICADORES, MAS EU DIRIA QUE O NOSSO GRANDE TERMÔMETRO É MESMO A REDUÇÃO DO DESMATAMENTO. MAS NÃO REDUZIR APENAS POR REDUZIR. É, SIM, REDUZIR COM DESENVOLVIMENTO, COM O CRESCIMENTO DA ECONOMIA EM BASES SUSTENTÁVEIS E COM A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA NOSSA POPULAÇÃO.”

todo, apenas a metade é passível de inscrição no CAR. Nessa metade, eu já tenho mais de um terço inscrito. Dá 22 milhões de hectares, como eu disse. Isso representa mais que o dobro do que foi cadastrado em todos os Estados do Brasil, somados. Então, o Pará é o Estado que tem mais áreas cadastradas. E o Cadastro Ambiental Rural, com a aprovação do novo Código Florestal, será eleito o grande instrumento de regularização ambiental em nível nacional. E quando isso for finalmente aprovado, o Pará vai sair na frente, o que pode significar um diferencial competitivo para os nossos produtos.



O governo tem algum dispositivo para avaliar os resultados das ações de mitigação de impactos ambientais?

O Governo do Estado do Pará como um todo desenvolve ações desse tipo. Por exemplo: na Secretaria de Meio Ambiente existe um programa que estabelece a compensação ambiental para empreendimentos de grande impacto ambiental. Então, os grandes projetos contribuem para um fundo de compensação ambiental, que está sendo reestruturado pelo Governo do Estado e, a partir daí, várias ações de mitigação serão feitas. O Programa Municípios Verdes, como eu disse, trabalha mais vinculado à questão do desmatamento e estamos monitorando as ações que preveem mitigar esse desmatamento, como é o caso do reflorestamento, da reposição florestal. E estamos, inclusive, trabalhando uma proposta de não apenas reduzirmos o desmatamento em 80%, mas de desmatamento líquido zero. Seria o quê? Seria a reposição integral daquilo que o Estado do Pará vier a desmatar, porque sempre haverá algum índice de desmatamento – e de preferência que seja legal – porque a gente vai ter construção de estradas, expansão de cidades, projetos agropecuários sendo instalados. Nesse contexto, a ideia é propor o desmatamento líquido zero. Como? Compensando aquilo que eventualmente se desmatar. Então, o carbono que for liberado para a atmosfera será revertido na mesma proporção através de um programa de plantio florestal. Dessa forma, nós conseguiremos neutralizar aquilo que for eventualmente desmatado, mesmo que desmatado dentro da legalidade. Porque, volto a insistir, nós queremos zerar o desmatamento ilegal. ❏

DIREITOS E DEVERES

INOVAR SIM, REGISTRAR SEMPRE!

As atividades criativas nas áreas industrial e empresarial são fatores que agregam competitividade e aquecem o mercado a cada inovação lançada, seja para facilitar o cotidiano das pessoas ou para movimentar as engrenagens de grandes máquinas. Em paralelo a esse movimento natural em um mercado, cada vez mais competitivo, outra prática deve acompa-

nha-lo: a proteção das inovações.

Para proteger e incentivar a criação de novas tecnologias, obras ou produtos, o registro de propriedade é uma etapa imprescindível. Afinal, ninguém quer ver seu invento, que custou tempo e dinheiro, ser copiado ou até registrado por terceiros, e render frutos a quem não participou do árduo trabalho de pesquisa e elaboração.

A Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96) é um dos mecanismos jurídicos de proteção aos resultados de um processo criativo. A lei regula os direitos e obrigações referentes à propriedade industrial, por meio do registro de marcas e patentes. Ambas começam pelo envio de um pedido ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que o examinará de acordo com vários critérios legais.



Ilustração: Vilson Vicente


Para o advogado Carlos Zacca, o inventor corre grande risco quando “vazam” ou se divulgam informações sobre a invenção antes do registro. Esse procedimento é fundamental para resguardar direitos. “É por isso que o processo de registro no INPI corre em sigilo por 18 meses. Então, vale a pena registrar junto ao Instituto porque é a única forma de fazer valer a voz do inventor em caso de contestação do seu direito”, destaca o sócio do escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro & Scaff – Advogados.

O processo de análise no INPI pode durar até cinco anos, devido a uma metodologia detalhada e criteriosa. Mas, registrar deve

ser a regra e sempre tem que ser acompanhada por um profissional do Direito. É o que defende o advogado André Bittar: “É muito importante procurar a assessoria de um advogado para auxiliar, desde o princípio, o processo de registro. Isso garante segurança e previne problemas futuros”.

Os advogados advertem que mesmo que leve anos para se conseguir o registro definitivo, terá direitos sobre a invenção aquele que primeiro deu entrada ao procedimento. Quem usa indevidamente a criação de outro pode sofrer desde sanções civis até as penais. A única forma de usar a invenção já registrada por alguém é de posse de uma licença autorizada pelo autor e expedida pelo INPI.

Para entrar com um pedido de registro de marca ou patente junto ao INPI, o inventor também terá que arcar com custos. O valor não é caro quando é visto como um investimento, diante dos riscos e prejuízos que se pode ter sem ele. Sem falar que o tempo de sua vigência é amplo. A duração de uma marca é de dez anos e a patente de invenção, de 20 anos.

Mas, não é qualquer ideia que poderá ser patenteada. Para o advogado Marcelo Silveira, ela tem que ser inédita e servir para melhorar a vida das pessoas. “Isso estimula o desenvolvimento intelectual, artístico e até econômico por permitir a exploração econômica, com segurança, de uma invenção”, analisa. 

LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL

A proteção conferida pelo registro industrial tem relação direta com o processo de desenvolvimento econômico, que tem na inovação tecnológica uma importante mola propulsora. O coordenador executivo do Núcleo de Inovação e Transferência Tecnológica, do Museu Paraense Emílio Goeldi (NITT/MPEG), Antônio Pinheiro, destaca que a Lei de Propriedade Industrial foi complementada pela Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº10.973/2004), justamente para proteger os resultados das pesquisas em inovação.

Para o coordenador, o registro é importante e deve ser motivado como elemento estratégico do desenvolvimento tecnológico. “Mas, não adianta só patentear aos montes e não ter meios para disponibilizar a inovação no mercado. Antes do registro, deve-se identificar as aplicações da inovação, a transferência tecnológica”, orienta. A Lei de Inovação Tecnológica obriga as instituições de ensino e pesquisa públicas a criarem os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), como porta de entrada para as empresas. É de responsabilidade de cada NIT atuar nas políticas de inovação e nas atividades relacionadas à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia das instituições científicas e tecnológicas (ICTs) do setor público e na realização das parcerias destas com a iniciativa privada.

Segundo Antônio Pinheiro, no Pará, as empresas inovam muito pouco sozinhas. “A inovação acontece com mais frequência quando as empresas trabalham junto com as instituições de ensino e pesquisa. Precisa haver uma relação e uma rede para a inovação”, avalia. O Museu Goeldi coordena a Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental (Rede Namor), formada pelos NITs das instituições: Embrapa Amazônia Oriental, Ufra, IFPa, Uepa e Cesupa.

Taxação pode não ser tão vantajosa

A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA TEM COMO OBJETIVO OBTER RECURSOS PARA O FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE MELHORIA

A Secretaria de Meio Ambiente do Estado (Sema) pretende dar início, ainda este ano, aos procedimentos para criação do primeiro comitê de bacia no Pará, provavelmente na Região Metropolitana de Belém. A medida se insere no rito legal que prescreve a cobrança pelo uso da água, instrumento econômico de gestão que tem como objetivo obter recursos financeiros para o financiamento de programas, ações e intervenções destinados a melhorar a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos disponíveis na natureza. A gestão das águas, em todo o Brasil, está prevista na Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela lei federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

De acordo com a diretora substituta de recursos hídricos da Sema, Luciene Chaves, a Secretaria não tem metas e prazos estabelecidos para a instalação de comitês de bacia, até porque as decisões nesta área passam também pelo Poder Legislativo. Luciene Chaves explicou que o Estado do Pará não trabalha com o conceito de bacias, mas de regiões hidrográficas, tendo em vista a alta densidade da sua rede hidrográfica. “Nossas bacias e micro-bacias são tão numerosas que o simples fato

de contabilizá-las já seria extremamente complicado”, acrescentou.

A diretora de recursos hídricos da Sema, em exercício, esclareceu que a escolha da Região Metropolitana para início do processo de criação dos comitês de bacias no Pará se explica pela sua proximidade com os centros de decisão e pelas facilidades de acesso. Esses fatores, conforme frisou, foram pesados porque podem facilitar a mobilização e capacitação dos usuários para que haja a criação do comitê de bacia. Além disso, considerou-se o fato de que a bacia da Região Metropolitana abrange rios que estão próximos de importantes distritos industriais, como os de Ananindeua e Icoaraci.

Luciene Chaves observou que não é possível fazer estimativas de arrecadação, já que os cálculos e a metodologia de cobrança pelo uso da água dependem de estudos que ainda precisam ser realizados. O que se pode de antemão garantir, porém – declarou a diretora da Sema –, é que o potencial de arrecadação é muito menor do que sugerem os valores que têm sido divulgados.

Ela explicou também que alguns dos maiores rios que banham o Pará – como o Tapajós, o Xingu, o Tocantins e o Araguaia, além do próprio Amazonas – são rios de domínio da União, porque têm suas nascentes fora do Pará. Logo, os comitês de bacias desses rios, que são federais, só podem ser criados a partir de uma instância também federal.



Luiz Moura diz que, para funcionar, é preciso distinguir as cobranças para os usos industrial e doméstico

CÁLCULOS SÃO EQUIVOCADOS

Para o presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente (CTMA) da Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), Luiz Moura, a questão da cobrança pelo uso de recursos hídricos tem sido abordada com alguns equívocos. Segundo ele, é preciso distinguir para efeito de cobrança, por exemplo, o que é a água para uso doméstico e o que é a água para uso produtivo, seja na irrigação, na mineração, no transporte ou na geração de energia elétrica, entre outras finalidades. No caso do uso doméstico, não há nem o que discutir, ficando a cobrança, como sempre foi, a cargo das concessionárias. No caso do Pará, por exemplo, a Cosanpa.

Já o uso produtivo dos recursos hídricos, com destinações diversas, tem sua cobrança condicionada a diversos fatores. O primeiro deles, explica Luiz Moura, é haver outorga onerosa. O segundo, haver o Plano Estadual de Recursos Hídricos, em conformidade com o plano nacional. E o terceiro é o estabelecimento, no bojo desse plano, das bacias hidrográficas onde serão instituídos os comitês de bacia, aos quais compete definir os parâmetros para a cobrança. No Pará, já existe o plano estadual e já foram criadas as regiões hidrográficas, em número de sete. Até o momento, porém, não foi criado um único comitê de bacia.

R\$ 200 mi

VALOR ARRECADADO, ATÉ HOJE, PELA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) EM TODAS AS BACIAS NACIONAIS POR ELA ADMINISTRADAS.

DEMORA NÃO É EXCLUSIVIDADE

E não se pense, conforme faz questão de frisar o presidente do CTMA/Fiepa, que esse atraso aparente se deva à negligência dos paraenses. Em todos os estados brasileiros, a questão da cobrança pelo uso de recursos hídricos, com impactos consideráveis nas áreas social, econômica e ambiental, sem contar suas delicadas implicações jurídicas, está em fase inicial de modelagem e formatação legal. É o que se observa, inclusive, nos quatro estados onde o assunto já evoluiu um pouco mais e onde já se faz, mesmo que de forma ainda modesta, a cobrança pelo uso da água. É o caso, por exemplo, de São Paulo com três bacias hidrográficas; Minas Gerais, no rio Doce; a Bahia, em parte do estado; e o Rio de Janeiro, na bacia do Paraíba.

Considerado “fictício” por técnicos do governo e especialistas do setor, o número de R\$ 5 bilhões, estimado pela OAB/Pará como sendo o valor das perdas anuais do Estado pela não cobrança do uso da água, também é rechaçado por Luiz Moura. Esse cálculo, segundo ele, se baseia, ao que tudo indica, no custo da água domiciliar, que embute gastos de captação, adução, bombeamento, tratamento, reserva e distribuição, além de cobertura adicional por perdas técnicas e desperdícios.

Já o uso industrial, pelo menos teoricamente, não comporta desperdícios. Além do que – destaca Luiz Moura –, as modernas tecnologias tendem a reduzir substancialmente o consumo da água na operação industrial, do que é prova a mineração, que já começa a empregar técnicas de limpeza a seco do minério bruto. Por isso, o presidente do CTMA da Fiepa considera que há desconhecimento dos critérios de cobrança nos valores que têm sido divulgados. ❏



📍 Imagem recente das ruínas da capela construída pelos padres Carmelitas junto ao Engenho do Murutucu

Ruínas guardam a história da indústria

O ENGENHO DO MURUTUCU, IMPORTANTE CENÁRIO DA HISTÓRIA DO BRASIL, LUTA CONTRA O TEMPO E O ABANDONO EM BELÉM

A periferia de Belém, capital do Estado, abriga uma grande herança do ciclo da cana-de-açúcar, atividade que sustentou a economia brasileira quando o país ainda era uma colônia de Portugal. Trata-se do Engenho do Murutucu, localizado no bairro do Curió-Utinga, em área que hoje pertence à Embrapa Amazônia Oriental, e que

vem resistindo bravamente às ações do tempo e à ausência de políticas públicas de manutenção e de valorização do espaço.

A iniciativa de resgatar essa memória veio da ciência. O arqueólogo Fernando Marques, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), estuda o Murutucu desde 1997. “Esperamos que as pesquisas possam subsi-

diar ações de preservação, reiterando a necessidade de valorizá-lo não como uma ruína, que é um processo destrutivo, mas como um exemplar importante da agroindústria canavieira na região”, explica o pesquisador, que coordena o projeto “Arqueologia e História de Engenhos Coloniais no Estuário Amazônico”.

Graças ao projeto, desenvolvido

CURIOSIDADES

1ª INFORMAÇÃO
MAIS ANTIGA
SOBRE O MURUTUCU
DATA DE 1711,
QUANDO FOI
CONSTRUÍDA A
PRIMEIRA CAPELA
PELOS PADRES
CARMELITAS.

2º ENGENHO
FOI CENÁRIO
DE EPISÓDIO DA
CABANAGEM,
MOVIMENTO
REVOLUCIONÁRIO
QUE OCORREU
ENTRE 1835 E 1840.

desde 2005, sabe-se um pouco mais da dinâmica de produção do Murutucu nos séculos XVII e XVIII e, conseqüentemente, da agroindústria da cana-de-açúcar tanto no Pará quanto no Brasil. Esse ciclo econômico caracterizou-se pela exploração intensiva da cana nos engenhos com o objetivo de transformá-la em açúcar, aguardente e mel. “Os engenhos eram unidades de produção que abrigavam instalações complexas e onde se utilizava um grande contingente de índios e negros africanos como escravos”, informa o pesquisador.



❖ Fernando Marques estuda o Murutucu desde 1997 e luta pela preservação da área, principalmente por conta das histórias nela contidas

O PODERIO DOS SENHORES DE ENGENHO

Essa complexidade se fez presente também no Murutucu, que funcionava graças à força da água represada das marés, ação considerada uma inovação tecnológica para a época. Foram mapeadas no engenho construções como a casa grande; a capela; os edifícios destinados à manufatura, os quais compunham a casa do engenho; o forno; a chaminé; além de obras hidráulicas, como barragem, canal e calha, movidas pela energia das águas.

Além disso, prospecções geofísicas empreendidas no subsolo do Murutucu por Fernando Marques, em 2002, e Marina Melo, em 2005, apontaram para uma estrutura localizada nos fundos do engenho, onde provavelmente funcionava a senzala. O arqueólogo destaca que a mão de obra escrava foi de suma importância para o ciclo canavieiro no Brasil, e continuou sendo empregada no Murutucu mesmo após a proibição do tráfico negreiro entre o Grão Pará e a África, em 1834, cinquenta e quatro anos antes do advento da Lei Áurea, de 1888.

Para não perderem os escravos,

os senhores de engenho passaram a estimular o matrimônio e a procriação entre os negros, cujos filhos continuariam a trabalhar na agroindústria da cana. “As pesquisas sugerem a existência de famílias com até três gerações de escravos no Murutucu. A união desses trabalhadores contribuía tanto para a manutenção quanto para o aumento do contingente de escravos”, diz Marques.

O pesquisador acrescenta que a escravidão no Grão-Pará manteve-se, pelo menos, até meados do século XIX, conforme registrado em relatórios governamentais da época. A grande escravaria denota o alto poder aquisitivo de que usufruíam os proprietários do Engenho do Murutucu, perceptível também no material coletado por Fernando Marques durante os levantamentos arqueológicos realizados no local.

São vestígios de pratos, tigelas, pires e xícaras, todos decorados com pinturas à mão, onde predominam os motivos florais e anelares. Os detalhes indicam o valor elevado dessas louças, que vinham da Europa. “Pelo porte das edificações estudadas, julga-se que os engenhos deveriam produzir rendimentos satisfatórios, e as instalações relativas à produção de açúcar e aguardente sugerem isso”, destaca o pesquisador. ➔

POLICULTURA NO MURUTUCU

Mas o engenho não se dedicava somente à agroindústria do açúcar – apesar de ter nela o principal sustento. “Há referências históricas de outras atividades produtivas no contexto da propriedade, como produção de cacau, café, roças e olarias”, afirma Fernando Marques. Outro possível indício de policultura é a existência de cal nas estruturas das edificações. Durante o Brasil Colônia, a cal era empregada como ligante em construções feitas em alvenarias de tijolo ou pedra argamassada.

Segundo o arqueólogo, não é possível afirmar que a cal era produzida no engenho, mas isso também não é improvável. “A cal era obtida da trituração e queima de conchas ou moluscos, extraídos de locais conhecidos como Sambauquis ou Sernambis, que são sítios ou assentamentos de grupos pré-históricos que se alimentavam daqueles moluscos e cujo descarte acumulava-se tanto que chegava a formar até mesmo grandes morros”, contextualiza.

O ciclo da cana entrou em decadência, no Brasil, em meados do século XVII, quando os holandeses foram expulsos do Nordeste – principal polo de fabricação do açúcar no país – e iniciaram o cultivo nas Antilhas. Porém, isso não afetou a agroindústria canavieira do Grão-Pará, província que viu mais engenhos florescerem após a instauração da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, na metade do século XVIII, pelo Marquês de Pombal.

“Existem notícias de um estado de ruínas do sítio em meados do século XIX, mas há alguns dados históricos e até mesmo fotos que apontam o funcionamento



📄 Cópia de documento de autoria de Antonio Landi, atestando o Murutucu como sua propriedade

REFÚGIO DE LANDI

Arquiteto italiano e precursor do estilo Neoclássico no Brasil, Antonio José Landi chegou ao país em 1753, como integrante da comissão de demarcação de limites da Amazônia. Ele adquiriu o Murutucu em 1766 e respondeu pela reforma da Capela do Engenho, à qual incorporou traços marcantes do Neoclassicismo. Na Casa Grande, também foram verificados elementos decorativos, como molduras e frisos, similares àqueles presentes em vários prédios de Belém projetados por Landi. Muitas das referências arquitetônicas da capital paraense, como o Palácio Lauro Sodré, a Igreja do Carmo e a Capela de São João, são de autoria do arquiteto italiano, que morreu em 22 de junho de 1791, no Murutucu, deixando o engenho como herança para a filha, Ana Teresa.

do engenho por volta de 1870”, relata o pesquisador, que vê no espaço um reflexo da importância que o empreendimento canavieiro teve na história do Brasil e uma potencialidade de fomentar um número inesgotável de pesquisas. Marques afirma que a história registra vários períodos de abandono e de reativação do engenho do Murutucu.

Mas, quando se fala em abandono, nenhum deles talvez supere o momento atual, quando o mato e o tempo transformam em ruínas as memórias desse importante capítulo da história do Brasil e do Pará. O Engenho do Murutucu foi tombado como patrimônio histórico pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1981. ↩

“Qualquer ação de preservação histórica ou de patrimônio deve ser indissociável da preservação ambiental. É inerente.”

FERNANDO MARQUES,
ARQUEÓLOGO DO MUSEU
EMÍLIO GOELDI

Vantajosa e econômica fonte de energia

A UTILIZAÇÃO DO COQUE DE PETRÓLEO COMO FONTE DE ENERGIA PODE SER UMA OPÇÃO PARA A INDÚSTRIA PARAENSE

O aproveitamento de combustíveis não utilizados pela indústria petrolífera torna-se, atualmente, uma das melhores e mais econômicas opções para a indústria brasileira. É o caso do coque de petróleo, que, mesmo pouco conhecido, tem sido considerado por especialistas como uma fonte de energia vantajosa e econômica.

No Brasil, no final dos anos 90, deixou-se de falar apenas na produção de energia a partir de carvão vegetal para dar espaço a trabalhos-pilotos que mostraram a viabilidade do uso do coque de petróleo, um material rico em carbono – sólido originado como subproduto do processo de refinamento do petróleo –, que tem como principal função a liberação de energia térmica durante o processo de combustão. Esse tipo de combustível tem sido muito utilizado em fábricas de cimento e cal, além de indústrias como siderurgia, cerâmica, celulose (papel) e química.

Para Estanislau Luczynski, doutor em energia pela Universidade

O coque de petróleo produz 14.000 BTUs/libra (unidade térmica de calor adotada nos EUA e Inglaterra), em comparação com as 8.000 a 13.500 BTUs/ libra associadas ao carvão. Outra vantagem é que a sua queima deixa pouca cinza e é muito menos poluente do que a queima de outros combustíveis sólidos.

de São Paulo (USP) e coordenador do curso de especialização em Economia e Política Mineral da Universidade Federal do Pará (UFPA), o coque aparece como uma alternativa eficiente para as indústrias do Estado. “Parte da indústria paraense possui grande necessidade energética, principalmente a de alumínio por conta do alto consumo de eletricidade. Diante da demanda, é importante que as empresas diversifiquem suas fontes de energia”, comenta Luczynski.

Desde janeiro deste ano, o Pará conta com o Terminal de Combustível Sólido (Tecop), localizado no Porto de Vila do Conde, em Barcarena. O empreendimento pos-

sui capacidade para importar e beneficiar cerca de 400 mil toneladas de combustível sólido por ano. Segundo a direção da empresa, o potencial da região é de no mínimo 500 mil toneladas de coque de petróleo e 500 mil toneladas de coque metalúrgico por ano, que subsidiarão o estado do Pará por meio das indústrias de cimento, celulose, alumínio e cerâmica, além das grandes siderurgias localizadas nos municípios de Marabá e Açailândia.

“A escolha do local se deu em função da boa estrutura portuária, da disponibilidade de uma área próxima ao porto – que foi adquirida em 2008 – e, ainda, pelo potencial de desenvolvimento de produtos de biomassa que o norte do país disponibiliza”, frisou o presidente da Tecop, Jan Ruijsenaars.

A Tecop, através do terminal de Vila do Conde, atende uma clientela que inclui fábricas de cimento do grupo João Santos, Votorantim e Cimpor, e pretende também começar o fornecimento aos polos siderúrgicos de Marabá e Açailândia. ◀



Projeto Preservar Desmatamento Zero

PROJETO DO INSTITUTO ALERTA PARÁ PROPÕE MODELO SUSTENTÁVEL E INOVADOR DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO PARAENSE

O Instituto Alerta Pará é o resultado de uma ação conjunta decorrente do movimento de empresários, entidades governamentais e privadas, autoridades, associações empresariais e de trabalhadores, instituições de pesquisas, academias e centros culturais, objetivando a formação de um grande pacto da sociedade paraense em defesa de políticas que garantam o desenvolvimento socioeconômico do Estado, dentro dos parâmetros de respeito à legalidade e ao meio ambiente. Em uma era em que se busca aliar sustentabilidade e crescimento econômico, o Projeto Preservar surge como alternativa para alcançar esse objetivo.

Lançado em 2008, por diversos setores da sociedade, iniciativa privada e governos, o Projeto Preservar prevê uma forma de aumentar o volume da produção do agronegócio no Estado com importância relativa no comércio, na indústria, serviços e transportes, – fundamentado em quatro pilares: a adoção de novo paradigma para o agronegócio, o desmatamento zero, o novo modal de pecuária e a reversão de 11 milhões de hectares de pastagem para a agricultura e silvicultura, sem, no entanto, abrir novas frentes de desmatamento. Isso, por meio de um melhor aproveitamento de áreas que já foram modificadas, utilizadas pelo homem, chamadas de antropizadas. Para entender melhor o projeto, dos quase 125 milhões de hectares de terras que o Pará possui, uma média de 30 milhões são de áreas antropizadas, o que equivale a 24% do território paraense.

Para entender melhor o projeto, dos quase 125 milhões de hectares de terras que o Pará possui, uma média de 30 milhões são de áreas antropizadas, o que equivale a 24% do território paraense. O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa), Carlos Xavier, explica que 11 milhões de hectares desse universo são subutilizados pela prática da pecuária extensiva e, somados aos 3 milhões pela prática da monocultura, perfazem o total de 14 milhões da proposta.



“O desenvolvimento sustentável de nosso estado pressupõe a utilização inteligente de nossa base de recursos naturais e a indispensável agregação dos recursos científicos e tecnológicos capazes de alavancar esse progresso, afinal, o Pará dispõe de vantagens comparativas imensas no agronegócio a respeito de água, de luz e uma temperatura média estável de 24 graus, ninguém tem isso no mundo.”

CARLOS XAVIER, PRESIDENTE DA FAEPA

NOVAS TECNOLOGIAS

Uma vez implantado o Projeto Preservar, essa realidade muda com a incorporação de novas tecnologias que ajudem na transformação dessa pecuária extensiva para a intensiva, da monocultura para a policultura, tudo dentro de uma só área, ou seja, são 14 milhões de hectares que seriam “trabalhados” seguindo os preceitos do projeto e trazendo benefícios a todos os segmentos envolvidos.

“Uma situação bastante importante é o pacto com o compromisso de Desmatamento Zero, enfatizado no Projeto Preservar, que busca alternativas de desenvolvimento da Amazônia com respeito ao meio ambiente e de revitalização de áreas desmatadas que sejam consideradas improdutivas, mas que possam ser reaproveitadas desde que sejam feitos projetos compatíveis para sua reutilização. A proposta do Instituto também é uma resposta proativa para mostrar à sociedade brasileira e ao cenário mundial que temos compromisso com nossos recursos naturais”, comenta Carlos Xavier.

Segundo ele, práticas como essas, que aliam sustentabilidade e crescimento econômico, pilares do Projeto Preservar, são o caminho para a consolidação do desenvolvimento da produção no Pará. “Consideramos o Preservar um projeto totalmente autossustentável e um dos mais bem estruturados do país. Trabalhar uma propriedade com agregação de tecnologia e multiplicar sua produção e renda por 10, adotando sistemas produtivos econômicos e ambientalmente sustentáveis”, destaca o presidente.

No entanto, para garantir a viabilidade e a acessibilidade do projeto a todas as esferas da cadeia produtiva, Xavier alerta para a necessidade de um pacto entre a sociedade paraense, com o objetivo de se chegar a um denominador comum. “Não tenho dúvida de que o Pará, estando na Amazônia, é muito cobrado pela comunidade internacional. Nós temos que desenvolver um trabalho imenso aqui. E é isso que estamos fazendo através do projeto Preservar, produzir com sustentabilidade, mostrando para o mundo que o Pará é o maior ativo ambiental do planeta e que temos o compromisso na amplitude de nossos recursos naturais. Na minha visão, é um grande desafio, mesmo porque o Pará tem hoje 76% do seu território completamente preservado, e é nessa área antropizada que iremos fazer uma agricultura, silvicultura e uma pecuária com sustentabilidade”, comenta otimista.

O Governo do Estado é parceiro do Preservar e acredita que as propostas vêm ao encontro das metas da administração atual. “O governo não apenas acredita, mas prega que a viabilidade social do Pará passa necessariamente pelo desenvolvimento sustentável, dentro da ótica do Projeto Preservar. Por isso, pretende ajudar através da implantação de políticas públicas, prioritariamente nas áreas de regularização fundiária, na desburocratização do licenciamento ambiental e na capacitação profissional local”, afirma o secretário especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção, Sidney Rosa. ➡

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Instituto Alerta Pará, em seus objetivos, reúne predicados importantes, como a ousadia, a inovação e o empreendedorismo. Pleiteia, ainda, a garantia ao direito de propriedade, que é a condição essencial para que se firme o desenvolvimento, e que os investidores se sintam estimulados a implantar em nosso Estado os seus polos produtivos. “As propostas do Instituto Alerta Pará são voltadas para a integração efetiva e definitiva do Estado aos grandes empreendimentos nacionais, eliminando-se as desigualdades regionais”, afirma Carlos Xavier.

Para Osvaldo Tuma, presidente do Conselho de Administração do Alerta Pará, as peculiaridades do Estado fazem toda a diferença. “Temos uma grande área territorial, bacias hidrográficas privilegiadas e vantagens comparativas que ninguém tem. Vantagens que a pecuária paraense pode e deve incorporar, tanto no sentido do seu crescimento e fortalecimento, como também pelos benefícios ao desenvolvimento econômico do Estado. No entanto, este contexto favorável está diretamente vinculado ao avanço no conhecimento e tecnologias hoje disponíveis, em decorrência do investimento em pesquisa agrônoma direcionada para esta área”, comenta Tuma, reiterando que o Alerta Pará é um nome forte e com apelos diversos, que remetem às possibilidades futuras, inclusive às necessidades de verticalização da produção.



Progresso com foco na sustentabilidade

MINERADORAS COM ATUAÇÃO NO PARÁ INVESTEM EM TECNOLOGIAS E PROCESSOS QUE ALIAM PRODUÇÃO E CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE

A velha ideia de associar a mineração à devastação dos recursos naturais nunca esteve tão ultrapassada. Empresas do setor investem na aliança entre a extração mineral e a sustentabilidade, procurando, sim, extrair das terras amazônicas o minério, um dos principais motores da economia paraense, mas de forma a causar o mínimo de impactos ambientais, recuperando a flora e a fauna locais ao

final de cada etapa.

“Nem poderia ser diferente. Hoje, além de as mineradoras possuírem uma visão mais sofisticada, mais alinhada às questões ambientais do que na década de 70, por exemplo, quando esse assunto ainda não tinha a mesma importância, a própria sociedade não permitiria a simples exploração, que leva à degradação”, afirma o gerente de Sustentabilidade para Assuntos de

Mineração da Alcoa, Fábio Abdala.

Mas como usufruir dos recursos minerais e deixar para as gerações futuras áreas de florestas nativas? Empresas mineradoras no Pará dão exemplo de como fazer esse progresso de forma ambientalmente correta. Na Mina de Bauxita de Juruti, unidade da Alcoa no Oeste paraense, o sistema de restauração está embasado em um diagnóstico ambiental ela-

borado por uma equipe de engenheiros florestais, biólogos, geólogos, entre outros profissionais. Antes mesmo de iniciar qualquer atividade de mineração, é feito o mapeamento de espécies nativas da área, abrangendo informações da fauna e da flora. A expectativa é a de garantir a restauração das áreas de modo a deixá-la o mais próximo possível de suas características originais.

No caso da vegetação, camadas da terra retirada são depositadas nas áreas em recuperação, propiciando que o banco de sementes recomponha a Flora. Para ampliar a biodiversidade são produzidas mudas selecionadas sobre os plátos minerados. “O monitoramento das áreas em recuperação é feito semestralmente nos primeiros dois anos e depois anualmente. Monitoramos não só a diversidade de espécies plantadas, mas também o retorno da fauna local, e, em períodos chuvosos, controlamos também a quantidade de água na área”, explica Volnei Tenfen, superintendente de Meio Ambiente da Alcoa Mina de Bauxita de Juruti.

MÃO DE OBRA NATURAL

E se a intenção é recuperar as áreas verdes, por que não pedir uma mãozinha da própria natureza? Esse é o diferencial de um novo processo de reflorestamento que vem sendo aplicado pela Alcoa na Mina de Bauxita de Juruti. O método da nucleação, desenvolvido pelo consultor Ademir Reis, pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), permite a restauração do ambiente em curto espaço de tempo, propicia maior variedade de espécies da fauna e flora e reduz a necessidade do uso de máquinas, consequentemente, reduz o consumo de óleo diesel e as emissões de gases para a atmosfera.

Diferente do método de reflorestamento tradicional, que trabalha a terra para depois plantar as mudas, na nucleação o principal objetivo é criar, de forma natural, um novo solo, com melhores condições para o desenvolvimento das plantas. Primeiro, é depositado solo orgânico e galhadas na área a ser recuperada. Em seguida, são criadas micro-

bacias de retenção de água, que vão propiciar a reestruturação das camadas de solo. “Esse trabalho também evita a erosão e permite a regeneração de um grande número de espécies da flora que está contida no banco de sementes”, detalha Ademir Reis.

Depois, depositam-se sementes, raízes, galhos e pequenos troncos, que vão estimular a regeneração natural de espécies. Também são plantadas mudas de espécies nativas e colocados troncos de árvores em pé, que funcionam como poleiros naturais para as aves das áreas do entorno. Os pássaros são os responsáveis por deixar sementes e possibilitar que as espécies se autorregenerem dispensando energia de plantios puros.

A meta é, em cerca de dois anos, desenvolver um sub-bosque favorável para a introdução de novas espécies, como castanheiras e angelins, entre outras. “O sistema de nucleação é mais barato e ecologicamente mais eficiente, porque leva as áreas trabalhadas a buscarem sua sustentabilidade de forma espontânea”, complementa Reis. ➡



Com a nucleação, utilizada na Mina de Bauxita de Juruti, antes de replantar, é criado um novo solo com material orgânico e galhadas

ALGUNS NÚMEROS DO REFLORESTAMENTO



ALCOA

Mais de 91 mil mudas foram plantadas em 2011 pela Alcoa como parte do programa “Dez Milhões de Árvores”, lançado pela mineradora em 2003. A intenção é que, até 2020, sejam plantadas mudas suficientes para absorver 250 mil toneladas métricas de dióxido de carbono da atmosfera. Só na unidade Juruti, estima-se que foram doadas para plantio, em média, 2.500 mudas de árvores por mês ao longo do ano passado. O plantio de mudas para recuperação de áreas mineradas não entra na contagem do “Dez Milhões de Árvores”, sendo o programa uma iniciativa adicional ao compromisso legal da Companhia na reabilitação das áreas.



IMERYS

Em dois anos de projeto, graças às novas técnicas de recuperação de áreas, dos 459 hectares de mata suprimidas para a exploração do caulim, 256 hectares já foram revegetados com espécies de rápido e tardio crescimento. De janeiro a março de 2012, já foram plantadas 28.565 mudas, o que corresponde a 25,71 hectares, mais da metade do desafio interno lançado pela mineradora, de plantar cerca de 50 mil mudas nas duas minas que possui.



MRN

Para o ciclo de 2012, a expectativa da empresa é a de reflorestar 259 hectares de áreas mineradas, que receberão cerca de 400 mil mudas de 112 espécies arbóreas nativas da região.

Na Imerys, as mudas utilizadas no reflorestamento são oriundas de um trabalho desenvolvido pela mineradora junto à comunidade do entorno



COMUNIDADES ENVOLVIDAS NO PROCESSO

O apoio das comunidades também é primordial para o bom andamento do processo de recuperação das áreas. Em Juruti, elas são estimuladas a produzir mudas de espécies nativas, que são compradas pela mineradora e usadas também no programa de reflorestamento criado pela Alcoa na América Latina e Caribe

A iniciativa faz parte do pro-

grama de manejo florestal não-madeireiro que integra os Planos de Controle Ambiental (PCA), engajando produtores de 16 comunidades da região de Juruti Velho, visando oferecer uma fonte alternativa de renda, além de estimular a educação ambiental. A quantidade de mudas compradas anualmente é acordada com as comunidades. Para 2012, 59.770 mudas serão vendidas.

A ideia de envolver as comunidades na recuperação de áreas degradadas também é desenvolvida pela Imerys, empresa que faz parte de um grupo francês, que

atua nos municípios de Ipixuna do Pará e Barcarena, Nordeste do Estado, e possui duas minas de extração de caulim, a Rio Capim Caulim (RCC) e a Pará Pigmentos S.A (PPSA). Graças à iniciativa da empresa, comunitários que sempre tiraram seu sustento da terra aprendem a fazer isso de forma mais técnica. Além de receber da empresa o adubo mineral e orgânico, ferramentas, saco para mudas e transporte, também recebem orientações sobre como coletar sementes, plântulas, mudas na mata e a produzir em viveiro. ➔

É assim que o encarregado de reflorestamento, Armando Parense de Cristo, trabalha junto com a esposa Maria Matos de Cristo e os três filhos. Nascido e criado na comunidade de Aparecida, o ex-agricultor se tornou um dos fornecedores de mudas de espécies nativas para a Imerys. “Antes, eu plantava mandioca, arroz, milho, feijão e cana-de-açúcar para o sustento da minha família. Com a parceria, planto outras espécies para reflorestamento e agora já podemos contar com um dinheiro fixo todo mês”, conta Armando, que planta na propriedade da família: ipê, maçanduba, guajará, seringa, maturi, andiroba, acerola, caju, jaca e ingá. A produção é feita em etapas, que dura cerca de seis meses e gera de 10 a 15 mil mudas. Cada muda é vendida por R\$ 0,80.

A iniciativa permite a geração de emprego e renda para os comunitários, e trouxe novas perspectivas de vida para as famílias que participam do projeto. “Consegui comprar muitas coisas pra dentro de casa, como guarda-roupa, cama, televisão, geladeira e um fogão novo”, afirma Armando.

ESTOCAGEM DO SOLO

Antes de contar com a participação comunitária na reconstrução das áreas degradadas, o processo passa por outras etapas, que começam com a estocagem do solo. Segundo o Engenheiro Florestal Cláudio Cyrino, coordenador ambiental da Imerys, o reflorestamento está dando certo porque as camadas de solo retiradas para que se extraia o caulim são repostas na hora de recuperar a área. “Quando é feito o decapeamento (técnica para retirada do solo), as camadas de terra são estocadas assim como o solo orgânico e a vegetação arbus-



Na Mineração Rio do Norte, as espécies utilizadas no reflorestamento são produzidas pelo Viveiro

tiva para que, depois da extração do minério, o que foi estocado volte ao meio e ajude a recuperar a área”, esclarece.

No processo de reflorestamento são utilizados 52 tipos de espécies nativas, primárias e secundárias, e 15 espécies de frutíferas atrativas à fauna silvestre, conforme o que preconiza o Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) e a legislação ambiental vigente. Ao mesmo tempo, a Imerys está fazendo a recuperação de áreas que não são de mineração. “Também estamos trabalhando com enriquecimento de áreas que estão regenerando naturalmente. Isso está sendo feito através do enriquecimento de capoeira”, comenta Cyrino.

Além de recuperar as áreas

degradadas com espécies nativas, a Imerys também implantou uma horta na Mina Rio Capim Caulim, com couve, alface, abóbora, cheiro-verde, maxixe, quiabo, entre outras. A colheita é doada aos colaboradores da empresa e contratadas.

CHUVA DETERMINA O PLANTIO

Com a chegada das chuvas, a Mineração Rio do Norte (MRN), que atua na extração de bauxita na região Oeste do Estado, inicia mais um ciclo de recuperação ambiental de áreas mineradas. As espécies foram produzidas pelo Viveiro Florestal da MRN, que funciona em



Florestal, mantido pela empresa em Porto Trombetas, Oriximiná

Porto Trombetas, Oriximiná, onde a mineradora mantém suas operações. “Todas as espécies que plantamos são daqui da região, não plantamos nenhuma espécie exótica, em atendimento à condicionante do Ibama”, explica Ricardo Serafim, engenheiro agrônomo do departamento de Controle Ambiental da Mineração Rio do Norte.

Cada planta ocupará uma área de seis metros quadrados. Essa divisão de espaço na hora do plantio, somada a outros fatores técnicos de reflorestamento, garante o crescimento adequado das espécies. “Somos referência em reflorestamento justamente porque nosso trabalho vai desde o preparo eficiente da área até o cuidado com o banco de sementes no solo. Há adubação correta e o con-

trole de pragas nas mudas também”, salienta o engenheiro.

O viveiro da MRN tem capacidade de produção anual de 500 mil mudas. As sementes utilizadas no processo de reflorestamento também são compradas de comunidades quilombolas do entorno da MRN, Boa Nova e Saracá.

As espécies utilizadas no reflorestamento têm benefícios variados. Algumas são produtoras de frutos, servem de atração para a fauna, podem ser usadas no paisagismo, no uso medicinal ou têm ainda alto valor comercial, como é o caso da madeira de lei. O reflorestamento é realizado sempre de janeiro a maio, durante o período chuvoso, o que facilita a adaptação da planta junto ao terreno. ◀

ESPÉCIES MAIS UTILIZADAS NA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS MINERADAS

Açaí
Acerola
Ameixa
Andiroba
Angelim
Breu Rosa
Caju
Castanheira
Copaíba
Guajará
Ingá
Ipê
Jaca
Maçaranduba
Maturi
Murici
Piquiá
Seringa
Sucupira

Boas práticas nas micro e pequenas empresas

SEBRAE NO PARÁ APOIA EMPRESÁRIOS QUE SE EMPENHAM EM CRIAR SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS E COLABORAM NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE



Divulgação Chamma da Amazônia

Práticas sustentáveis fazem parte da política da Chamma da Amazônia, que só utiliza matéria-prima de fornecedores certificados

Adotar políticas empresariais e apostar em produtos que estejam de acordo com os princípios da sustentabilidade e respeito ao meio ambiente não é um caminho fácil para as micro e pequenas empresas, que enfrentam burocracia, altos custos de produção e até a desconfiança do consumidor quanto à qualidade do produto. Mas três pequenos empreendimentos atendidos pelo Sebrae Pará não se deixaram abater pelas dificuldades e preferem o trabalho, conscientes de que não há mais outra solução, tanto para o direcionamento dos negócios quanto para o futuro do planeta.

Trabalhando com elementos naturais amazônicos desde 1960, a Chamma da Amazônia já surgiu com o conceito do respeito pelas florestas, muito antes da possibilidade de uma crise ambiental ser tema de preocupação mundial. Seu criador, Oscar Chamma, era vizinho do mercado Ver-o-Peso e logo percebeu a potencialidade dos aromas e essências da região, o que resultou na criação de sua perfumaria, hoje comandada pela filha, Fátima Chamma. “Para nós, trabalhar com o conceito de sustentabilidade é uma

escolha lógica, já que meu pai sempre se preocupou em agregar valor aos elementos naturais. Mas essa preocupação não é só pelas características do nosso negócio, ela foi semeada desde nossa infância, no dia a dia”, ressalta a empresária.

A Chamma da Amazônia só adquire matéria-prima de fornecedores legalizados e certificados e tem grande preocupação em adequar suas embalagens. A empresa adota saquinhos de tecido para abrigar os frascos ao invés das tradicionais caixas de papelão e utiliza também tampas de alumínio e frascos de pet, mais fáceis para serem reciclados. “As caixas de papelão sempre são jogadas fora pelos consumidores, já os saquinhos podem ser ótimos porta-trecos. Decidimos substituir tampas de madeira pelas de alumínio por não encontrar fornecedores de sobras de madeira certificada”, conta a empresária.

Essas ideias podem colaborar com o meio ambiente, mas são rentáveis? Fátima garante que sim. “Mesmo exigindo mais cuidado, demorando mais para obter lucro do que nos negócios tradicionais e enfrentando

um certo receio do consumidor, que ainda não tem uma consciência ecológica, essa escolha agrega muito respeito e credibilidade à marca”. A prova é a evolução da Chamma da Amazônia. Desde 1999, a marca se tornou uma franquia, com lojas no Pará, Distrito Federal, Bahia e São Paulo, e atualmente faz parte do projeto de inserção de micro e pequenas empresas no mercado internacional realizado pelo Sebrae no Pará.

APROVEITAMENTO DA FIBRA DE COCO

A sustentabilidade foi o que motivou o surgimento há 11 anos da Poematec, indústria de artefatos de fibra de coco e látex, localizada em Ananindeua. Criada a partir de iniciativa público-privada, a empresa é o ponto final de uma cadeia produtiva que tem seu início na coleta dos recursos naturais, passando pelo processamento em unidades de beneficiamento da casca do coco, até chegar ao produto final. “A Poematec atua com sua sustentabilidade desde o projeto de um produto ou serviço até o seu destino final, passando por todas as fases de planejamento, implantação, produção, comercialização e logística. Todo o nosso portfólio de produtos aplica e atende aos conceitos de sustentabilidade, com o uso de matérias-primas de fontes naturais renováveis e ecologicamente corretas”, explica Wilson Moura, diretor industrial da empresa. Atualmente a Poematec produz assentos e encostos para indústrias automobilísticas, produtos de jardinagem, movelaria, entre outros.

A Poematec também sente o peso por ter escolhido trabalhar de maneira ecologicamente correta. “Já passamos por inúmeras dificuldades, pois os processos sustentáveis têm custos diferenciados que não podem ser comparados com os dos produtos com materiais de origem sintética ou derivados de petróleo, por exemplo. No Brasil, nosso público ainda não entendeu que para sermos sustentáveis devemos pagar um preço para isso. Felizmente, os clientes que procuram nossos produtos querem essa responsabilidade agregada e cerca de 45% deles fecham parcerias sólidas”, diz Wilson. ➡



Divulgação Poematec

➡ O aproveitamento da fibra de coco motivou o surgimento da Poematec, em Ananindeua



➡ A Itchie oferece dispositivos que potencializam o desempenho do veículo e ainda reduz as emissões de gases poluentes

DE OLHO NAS EMISSÕES

A microempresa Itchie Comércio de Peças e Acessórios tem como principal produto patentado um equipamento que pode contribuir para combater a poluição do ar e melhorar a qualidade da água. Trata-se do *BioMagnetizer*, um energizador biomagnético feito de ímãs de cerâmica natural, fabricado com tecnologia monopolar. De acordo com seus fabricantes, esse dispositivo é capaz de deixar um carro até cinco cavalos mais potente, 25% mais econômico e poluindo 96% menos o meio ambiente. Se instalado em uma torneira, promete reduzir a acidez e a salinidade da água, tornando-a mais saudável para consumo.

A física explica todos esses benefícios: o dispositivo funciona com força magnética monopolar junto ao fluxo de combustível, onde organiza as moléculas para uma melhor combustão nos motores que trabalham com combustíveis derivados do petróleo e álcool e também no gás de cozinha, melhorando seu rendimento. A mesma força magnética do *BioMagnetizer* pode atuar na água, alterando seu PH. O produto foi certificado pela então Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado, em 2004.

Para desenvolver o produto, foram necessários 17 anos de pesquisa contínua dos sócios Eduardo Arima e Dilson Tadashi, que abriram a empresa há dois anos. “Continuamos nossa pesquisa, agora voltada para avaliar os efeitos do *BioMagnetizer* na água utilizada para a agricultura. Já percebemos os efeitos na melhora da produtividade, pois as plantas ficam mais resistentes a pragas, o que impactará na redução do uso de agrotóxicos”, comemora Tadashi.

Atualmente, a empresa está em fase de ampliação da rede de distribuidores e representantes, além da divulgação dos benefícios do produto. “O Sebrae nos ajudou muito, promovendo nossa participação em feiras e eventos que foram essenciais para nossa visibilidade”, conta Eduardo. Hoje o produto pode ser adquirido no Pará, Bahia, São Paulo, Acre e Rondônia.

Joias paraenses ganham o mundo

PROJETO DE INTERNACIONALIZAÇÃO ESTIMULA A CRIAÇÃO DO PRIMEIRO CONSÓRCIO DE JOIAS DO PARÁ

A estrela do Pará ganhou o brilho do ouro, contornos encravados com a coloração das pedras preciosas brasileiras e foi riscada com o grafismo marajoara para ganhar o mercado internacional. Pela primeira vez, as joias paraenses passam por um processo de internacionalização, com a finalidade de que o Estado, possuidor da maior província mineral do mundo,

comece a exportar o produto com alto valor agregado.

Em outubro deste ano, o Consórcio de Joias do Pará – composto por nove empresários do segmento – vai participar como expositor da Jewelers International Showcase - JIS Miami, o maior evento das Américas no segmento de joias, sendo referência internacional e promovendo a comercialização de

quatro mil marcas. Uma coleção está sendo produzida especialmente para o evento, com o objetivo de melhor representar o Pará, a Amazônia e o Brasil.

O Projeto de Inserção Competitiva e Sustentável de Micro e Pequenas Empresas no Mercado Internacional, fruto da parceria entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o

Fotos: Tarso Sarraf

Membros do Consórcio de Joias do Pará



Centro Internacional de Negócios (CIN), da Federação das Indústrias do Estado do Pará, deu início ao processo de capacitação para que os empresários do segmento de joias pudessem comercializar suas mercadorias em outros países.

Todas as empresas que compõem o Consórcio de Joias do Pará estão sendo submetidas a uma análise técnica, que traça um diagnóstico completo da situação financeira, comercial e produtiva. Além disso, a consultora de comércio exterior do Sebrae analisa a capacidade exportadora das empresas, classificando-as nos níveis: iniciante, intermediário e avançado. “Assim como o diagnóstico, produzimos um plano de exportação, contendo a pesquisa sobre o mercado que se quer trabalhar, neste caso, os Estados Unidos. O projeto também trabalhou na orientação do design a ser produzido, adaptando as peças para aquele mercado”, conta a consultora Blenda Tamanho.

De acordo com a assessora técnica do projeto, Cassandra Saíra, a internacionalização das joias surgiu em 2010 como forma de resgatar um trabalho iniciado em 2005 pelo CIN-Fiepa. “A nossa expertise na internacionalização de produtos segmentados já vem de algum tempo, quando levamos o mangostão aos Estados Unidos. A ideia era trabalhar outros segmentos que não só a fruticultura, porém, veio a crise de 2008, que fechou o mercado internacional, além de outros entraves que nos impediram de seguir adiante naquele momento”, explica.

Com a experiência acumulada para a internacionalização de segmentos específicos da indústria paraense, o CIN-Fiepa se aliou ao Sebrae, que por muito tempo direcionou esforços para inserir as micro e pequenas empresas no mercado internacional. “Juntamos a fome com a vontade de comer. De um lado estava o CIN, com uma larga experiência na internacionalização, e de outro o Sebrae, querendo investir em ações para que



◉ Maria Paixão acredita que as gemas brasileiras são um diferencial da produção local

as empresas paraenses ganhassem o mundo. Foi neste momento, de interseção, que começamos a consolidar a parceria que daria origem ao Projeto de Inserção Competitiva e Sustentável de Micro e Pequenas Empresas no Mercado Internacional”, ressalta Cassandra.

COOPERATIVISMO EM ALTA

A empresária Maria Paixão Cardoso, da Amazonita – Joias e Moda da Amazônia, está bastante esperançosa com relação à inserção do Consórcio no mercado norte americano. “Estou indo para a JIS Miami com o objetivo de vender tudo. Acredito que voltarei sem nenhuma joia de lá”, afirma a empresária.

De acordo com Maria Paixão as joias paraenses têm o diferencial em utilizar as gemas brasileiras como nenhuma outra joia no mundo todo. “Trabalhamos em aplicação *inlay*, transformando a gema em resina, além de que utilizamos o produto natural, diferente das joias chinesas, que trabalham com material sintético”, enfatizou.

Filho de ourives e atuando no mercado de joias há mais de 30 anos, Marcelo Monteiro, dono da Ouro-

gema, uma das empresas que compõem o Consórcio de Joias do Pará, ressalta a importância de fazer vingar esta primeira experiência com empresas consorciadas. Para o empresário, o consórcio será uma “vitrine” para que empresários de outros segmentos com potencial de exportação possam correr atrás da internacionalização. “Além de ser uma expectativa daqueles que estão diretamente relacionados ao consórcio, esta primeira iniciativa passa a ser uma vitrine para os demais segmentos. Serviremos de exemplo para que empresários de outros ramos produtivos vejam que lá fora tem espaço para o Pará, mas é preciso chegarmos juntos, unidos e somando nossas forças”.

Para Marcelo Monteiro, as joias brasileiras têm potencial para conseguir inserção no mercado internacional. Ele destaca como diferencial das joias *made in Brazil*, o design, a criatividade, a utilização de gemas coloridas e, no caso específico do Pará, o forte apelo amazônico das biojoias.

“A biojoia não é mais vista apenas pela sua plasticidade e o efeito visual que a utilização de sementes, madeiras, chifres e outros materiais orgânicos trazem ao produto acabado. É tendência internacional a conscientização ambiental por parte

dos consumidores do mundo todo. A grande inovação neste segmento foi a inserção desses materiais alternativos e sustentáveis”, esclarece o empresário, que enxerga nesta característica específica o maior diferencial da joia paraense.

Outra empresa que faz parte do Consórcio de Joias do Pará é a Amorimendes. Atuando no mercado interno de joias desde 2005, a empresa já teve experiências na exportação de seus produtos, no entanto, nunca de maneira intensificada, que caracterizasse sua internacionalização. “Até 2008, antes da crise, já tínhamos testado algumas experiências de exportação das nossas joias. Neste ano, inclusive, participamos de uma feira internacional na França, representando o Brasil naquele espaço. Apesar de algumas restrições para a venda de todos os nossos produtos, conseguimos vender 70% de toda a produção levada para aquele país”, declarou o sócio proprietário da Amorimendes, João Amorim.

INVESTIMENTOS MAÇIOS EM INFRAESTRUTURA

Como tentativa de reerguer o segmento de joias e alavancar as exportações, em 2011, o Instituto de Gemas e Joias da Amazônia (Igama), Organização Social que gerencia o Espaço São José Liberto e o Programa Polo Joalheiro, deu início ao projeto de ampliação, adquirindo equipamen-



❖ Para Marcelo Monteiro os traços amazônicos têm tudo para conquistar o mercado

tos para o seu Laboratório Gemológico, onde é verificada a autenticidade das gemas minerais utilizadas nas joias comercializadas no São José Liberto. De acordo com a direção da Igama, a modernização do laboratório desenvolverá as ações de qualificação profissional do Programa Polo Joalheiro e a melhoria da joia artesanal produzida naquele espaço.

“O processo de qualificação também é observado como uma contribuição de todas as ações desenvolvidas pelas instituições parceiras, como o SEBRAE-PA, a FIEPA/CIN e o Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM). O Governo do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom), destina recursos financeiros para as ações de qualificação profissional do setor joalheiro. Além disso, o Igama promove captação de recursos para essa atividade. A Universidade do Estado do

Pará (UEPA) dispõe de um curso de design de geração de produtos, do qual constam duas cadeiras do setor de joias. Em nosso estado dispomos também de quatro faculdades privadas que oferecem curso de design”, relata a diretora executiva do Igama, Rosa Helena Neves.

Com a modernização do laboratório, o Espaço São José Liberto está em processo de habilitação para futuro credenciamento pelo Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM). A expectativa é que o credenciamento junto ao órgão nacional permita a emissão de laudos técnicos com reconhecimento em todo o país, dando suporte à criação do Selo de Certificação das Joias do Pará e estimulando o volume de exportação.

“Estou sentindo que o momento é favorável para o processo de internacionalização das joias paraenses. O projeto desenvolvido em parceria

❖ Algumas das peças confeccionadas pela Amazonita



do CIN-FIEPA e Sebrae, assim como esta nova estruturação do Polo Joalheiro, são ações que vêm para estimular as exportações”, enfatiza João Amorim, que espera começar a obter lucro com o projeto de internacionalização em dois anos. “O Consórcio de Joias de Minas Gerais levou sete anos para começar a registrar resultados positivos no que se refere às exportações. A nossa expectativa é reduzir esse tempo para dois anos, isso porque as nossas peças tem uma aproximação maior com o mercado americano, especialmente o público latino que vive em Miami”, afirma.

Assim como a Ourogema, a empresa de João Amorim, também trabalha com materiais sustentáveis. Peças de alumínio, reaproveitadas de tampas de panela, e placas de celular ganham nova utilidade em consonância com as pedras preciosas e artigos de ouro e prata. “Estamos testando outros materiais, avaliando a segurança, durabilidade e beleza. Isso leva algum tempo. Foi assim com o alumínio e com as placas de celular”, explica João Amorim.

As biojoias e a utilização de materiais sustentáveis nas joias se impõem como uma tendência mundial, porém, segundo João Amorim, esta é uma comercialização ainda tímida se comparada às joias convencionais. O joalheiro conta que vem investindo em pesquisa e processos de inovação, pois, além de ter um impacto sustentável, retirando do meio ambiente produtos até então sem utilidade, vislumbra o aquecimento deste mercado nos próximos anos. ↩



📍 João Amorim já exportou suas joias e sabe do potencial das peças locais

JOIAS EXCLUSIVAS PARA O EXTERIOR

Consultor internacional da Agência Brasileira de Exportação e Investimentos (Apex-Brasil) e mestre em marketing pela Universidade da Califórnia (Ucla), o brasileiro Carlos Bere atua há mais de 20 anos no segmento joalheiro, orientando empresários estrangeiros que queiram se inserir no mercado americano. “O mercado norte-americano é um gigante que não dorme. Periodicamente, milhares de novos empresários de todas as partes do mundo querem fazer parte deste mercado, o qual, mesmo dormente nos dias de hoje, é gigantesco nos seus números. Basta dizer que enquanto a maior Feira Brasileira de Joias, a Feninjer, apresenta entre 100 a 150 expositores, a JIS Miami habilita mais de 1000 expositores”, ressalta.

Com relação às dicas para adaptar o design das joias ao mercado norte-americano e caribenho, Bere explica que, diferente dos brasileiros, 90% das peças americanas são fabricadas em ouro 14K (58,5% de ouro), tendo um custo mais barato em relação às nacionais, que em sua maioria utilizam o ouro 18K (75% de ouro). Além dessa importante diferença para se conseguir competitividade nos Estados Unidos, o consultor lembra que “via de regra, os americanos tendem a ser mais clássicos em seus desenhos, não dando tanta importância às tendências da moda e designs mais arrojados”. Apesar de consumirem peças mais clássicas, o consultor ressalta que, pela grandiosidade do mercado norte-americano, existe espaço para todos os tipos de joias, das mais arrojadas às mais simples, porém, o consumo maior ainda é de peças tradicionais.





Fotos: Bruno Caradrestri

↳ Ian Correa, da Sinobras, diz que o Prêmio Redes é um reconhecimento do compromisso da empresa em priorizar os fornecedores locais

Fornecedores locais: nunca se comprou tanto

EMPRESAS PARAENSES AGREGAM VALOR AOS SEUS NEGÓCIOS AO INVESTIREM NOS FORNECEDORES E NA MÃO DE OBRA DO ESTADO

Para quem pensa que sustentabilidade é apenas investir em meio ambiente e em ações sociais, saiba que até o que sua empresa investe ou compra pode se reverter em benefícios para todos. Isso porque a sustentabilidade é formada pelo tripé ambiental, social e econômico, que juntos trazem vantagens para a sociedade,

além de retorno financeiro para as empresas.

Uma das formas é adquirir produtos e serviços na região onde sua empresa atua gerando um ciclo virtuoso, com impactos significativos na educação, saúde, segurança, geração de empregos e aumento da renda da população.

No Pará, as principais indús-

trias têm investido na compra de produtos e serviços de fornecedores locais, o que contribui para o desenvolvimento do Estado. Em 2011, a Hydro CAP (Companhia de Alumina do Pará) e a Vale foram as empresas que mais compraram em produtos e serviços de fornecedores locais. O resultado foi divulgado no dia 22 de maio, durante



◊ Rogério Amaral, da Vale, diz que o investimento resulta no desenvolvimento das localidades onde a mineradora atua

o lançamento do Prêmio Redes, criado pela Rede de Desenvolvimento de Fornecedores (Redes).

Para Nilma Chaves, gerente Administrativo, Meio Ambiente e Social da Hydro Cap, o prêmio foi uma vitória e resultado de um trabalho não só com as empresas fornecedoras, mas também com a comunidade. “Priorizamos as compras de fornecedores locais por acreditarmos que isso gera desenvolvimento para a região e, assim, também, estimulamos que nossos fornecedores interajam com a comunidade, o que resulta, inclusive, na geração de empregos no município no qual atuamos.”

O evento premiou também na categoria Percentum, que aponta as empresas que mais compraram em termos percentuais, além da Hydro CAP, que efetuou 99,7% das compras localmente, a mineradora Imerys, com 74,4% de compras no Pará, e a Albras, com 59,6% do total de compras efetuadas na região, respectivamente.

Já na categoria Absolutos, que mostra as três empresas destaques em volume de negócios no Estado, a Vale ocupou o primeiro lugar com R\$ 5,6 bilhões em compras locais,



◊ Nilma Chaves, da Hydro Cap, reforça a importância de se investir localmente

a Hydro Alunorte, a segunda posição, com R\$ 237 milhões e, em terceiro lugar, figura a Sinobras, que investiu R\$ 191 milhões.

“Primeiramente é uma necessidade da Vale ter os seus fornecedores prestando serviços próximos aos seus projetos, além de ser uma questão de sustentabilidade que resulta no desenvolvimento das localidades onde a Vale atua”, afirmou Rogério Amaral, gerente regional de suprimentos da Vale. ➔

51%
É O PERCENTUAL DE
COMPRAS LOCAIS
REALIZADAS POR
GRANDES INDÚSTRIAS
DO PARÁ, EM 2011.

COMPRAS TÊM EVOLUÇÃO DE 170%

O Prêmio Redes tem o intuito de fortalecer a indústria paraense, principalmente diante do valor histórico dos 51% de compras locais realizadas por grandes indústrias no Pará, em 2011. Isso significa que, do total comprado pelos grandes projetos em 2011, que foi de R\$ 13.447 bilhões, a Redes levantou que 51%, ou seja, R\$ 6,8 bilhões foram consumidos no próprio estado.

“O resultado desse aumento do volume de compras no Pará é bom para todo o Estado, pois, ao priorizar suas compras de fornecedores locais, as empresas fortalecem o ambiente de negócios e, consequentemente, geram mais emprego e internalizam riqueza”, afirma Luiz Pinto, coordenador geral da Redes.

Luiz completa que o desenvolvimento vem acompanhado da geração de empregos, do aumento da riqueza e da arrecadação de impostos e da melhoria na qualidade de vida. Ele afirma, também, que no Pará grandes empreendimentos têm investido nesses pilares e contribuindo de forma significativa para o crescimento do Estado.

Segundo dados da Redes, as compras locais cresceram nos últimos 11 anos, com um salto de 170% em compras de materiais e serviços feitas pelos projetos no Pará, o que representa mais de R\$ 27,6 bilhões circulando na economia paraense. “Esta é uma marca histórica na evolução das compras realizadas no Pará. Verificamos o volume de compras desde 2000 e, até então, isso nunca tinha acontecido. Inclusive, quando a Fiepa iniciou seu programa de desenvolvimento de fornecedores, esse número era de apenas 19%. Isso quer dizer que 81% dos bens de consumo e serviços contratados pelos gran-

des projetos vinham de fora do Estado”, ressaltou José Conrado Santos, presidente da Fiepa.

Para Ian Correa, vice-presidente da Sinobras, o prêmio é um reconhecimento da luta da empresa, que começou com a implantação do projeto, em 2006, em Marabá, com a busca de fornecedores. “Nós não tínhamos fornecedores capacitados para atender a demanda de serviços e produtos. O projeto previa que a área de suprimentos ficaria no Ceará, mas trouxemos para Marabá para que entendêssemos a região e a cultura dos fornecedores para que a empresa se moldasse à região e os fornecedores à empresa. Desde

o início do antigo PDF, hoje Redes, unimos forças para tornar essa necessidade uma realidade. E o prêmio representa essa necessidade inicial se tornando uma realidade”, afirmou.

Ian diz ainda que a Sinobras quer continuar valorizando as compras locais e estabeleceu isso dentre as metas da empresa. “Hoje, na área de suprimentos, um dos indicadores é o índice de compras no Estado em quantidade e em itens. Ainda estamos em torno de 45% porque a nossa demanda ainda é maior que a oferta, mas o Pará tem condições de oferecer mais e trazer maior desenvolvimento para a região”, completou.





A INDÚSTRIA DO CONHECIMENTO E AS UNIDADES NO PARÁ

JOSÉ OLÍMPIO BASTOS

SUPERINTENDENTE REGIONAL DO SESI

Uma pesquisa divulgada no primeiro trimestre de 2012 mostra uma desoladora estatística: o brasileiro está cada vez mais distante dos livros. Atividades como ver TV, acessar redes sociais e assistir a filmes são as principais escolhas das pessoas quando o assunto é lazer.

De acordo com os dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, promovida pela Fundação Pró-livro e pelo IBOPE Inteligência, entre 2007 e 2011, o número de leitores deixou a casa dos 95 milhões e passou para cerca de 88 milhões de pessoas. Esse valor representa uma queda de 9,1% no número de leitores, pessoas que leem, pelo menos, um livro a cada três meses. Na região norte o levantamento é ainda mais preocupante. Os nortistas são os que menos leem em todo o país, lendo somente 2,7 livros a cada 12 meses, enquanto que a média nacional é de 4 livros.

Na pesquisa, entre as maiores dificuldades apontadas pelos entrevistados para manter a leitura como uma atividade regular estão os preços dos exemplares e a falta de bibliotecas, área onde o Sesi tem atuado em todo o Brasil com a instalação de unidades da Indústria do Conhecimento. Nos centros, trabalhadores da indústria, estudantes da rede Sesi e a comunidade em geral têm acesso à leitura, pesquisa e internet, tudo em um mesmo lugar.

Atualmente, são mais de 230 centros construídos em cerca de 100 localidades com vocação industrial. No Pará, os municípios de Altamira, Castanhal, Marabá e Santarém já dispõem dessas unidades que servem como referência para leitura e estudo. Até o fim do ano, dois novos espaços devem ser inaugurados: um em Paragominas e outro em Castanhal.

Cds, DVDs, livros, revistas, tudo fica à disposição dos visitantes, que fazem do espaço uma extensão das suas casas para estudar e pesquisar. Aqui no Estado, mais de 60 cursos de educação continuada são ofertados aos trabalhadores da indústria nos centros, incentivando ainda mais quem está em busca de qualificação profissional.

E os conteúdos são diversos. Existe curso para quem precisa atualizar os conhecimentos sobre

saúde e segurança no trabalho, para quem está dando os primeiros passos no mundo da informática e até quem precisa melhorar no relacionamento interpessoal. Portanto, os profissionais podem contar com um diferencial no currículo, que valoriza ainda mais a carreira do participante.

A Indústria do Conhecimento tem a mesma estrutura base em todo o país. Um prédio com 100 m², 10 computadores com acesso à internet, 24 lugares para leitura, pesquisa e estudos. Além disso, o centro disponibiliza um acervo com mais de três mil títulos, abrangendo, em sua maioria, as diversas áreas do conhecimento – desde conteúdo técnico a literatura nacional e internacional.

Cada unidade recebe por dia cerca de 100 pessoas, resultado em um fluxo de 2 mil pessoas por mês frequentando o espaço, ampliando seus conhecimentos e contribuindo para uma sociedade mais crítica e consciente de seus direitos e deveres.


Num momento em que vemos o número de leitores decrescendo no país, encaramos como uma satisfatória missão incentivar nossos trabalhadores, estudantes e população em geral a continuar acreditando na educação e na leitura como pontos primordiais para a melhoria de suas vidas e seu desenvolvimento como cidadãos. 



Ilustração: Wilson Vicente

Que curso temos para hoje?


OS CURSOS IN COMPANY, MOLDADOS A PARTIR DE DEMANDAS ESPECÍFICAS, CONTRIBUEM PARA A MELHORIA DA PRODUTIVIDADE NAS EMPRESAS

Isaías Vieira diz que a capacitação oferecida facilitou a comunicação e a rotina do trabalho



Se antes as empresas se moldavam aos cursos de prateleira ofertados pelos centros de formação técnica e profissional, agora a história se inverteu. São as empresas que começam a apontar suas necessidades e a procurar cursos específicos, que atendam suas demandas em hora e local determinados. Este tipo de serviço é conhecido como curso *in company*, oferecido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), desde 2007. São cursos teóricos, práticos, abertos e modulares, personalizados conforme as necessidades específicas e de interesse de cada empresa.

“Notamos que a cada dia as empresas procuram mais esse tipo de serviço. Elas buscam solucionar problemas específicos, exigências e demandas particulares de cada atividade ou segmento. Todos os cursos que montamos nessa linha têm dado muito certo. Acredito que é uma tendência a ser seguida daqui para frente”, explica Janete Sousa, coordenadora de treinamento do IEL.

Na empresa Flamboyant, os resultados foram bem positivos e a mudança pode ser percebida no dia a dia da fábrica, localizada em Castanhal. A indústria de bebidas lácteas contratou cursos do Instituto, no início deste ano, para as lideranças da empresa. “Aqui, nós buscamos a excelência dos nossos 

serviços e produtos e acreditamos que tudo começa nas relações humanas. Lidar com pessoas, entender cada uma, suas qualidades e defeitos não é tarefa fácil. Foi então que buscamos o curso junto ao IEL. Ele precisava estar moldado às características da nossa empresa, às nossas necessidades”, revela Eronildo Rocha, gerente industrial da Flamboyant.

Eronildo conta que a Flamboyant investe em capacitação e aprimoramento desde o momento em que o funcionário entra na Flamboyant, e que a melhoria contínua, ética profissional e a qualidade do trabalho em equipe sempre fazem parte da missão da empresa. “O curso ao estilo *in company* tem muitas vantagens, entre elas o fato de ser elaborado de acordo com os valores, missão da empresa e o perfil do trabalhador”.

Os dezessete profissionais da empresa que formaram a primeira turma tinham como objetivo se tornarem líderes mais eficazes na gestão de seus funcionários. “A empresa valoriza muito cada funcionário que tem e investe bastante em capacitação. É a relação harmoniosa, nivelada e integrada na empresa que garante sucesso e bem-estar no dia a dia do nosso trabalho e isso se reflete em todos os aspectos”, garante o gerente.

Elaine Barros é auxiliar de Departamento Pessoal na Flamboyant e destaca um ponto importante após o curso. “A comunicação melhorou significativamente. A gente pode notar isso no relacionamento interpessoal dos profissionais da empresa, bem como na diminuição das reclamações e insatisfações dos nossos funcionários. Com certeza a visão de gestão se ampliou”, destaca a profissional.



🕒 Eronildo Rocha já percebe os resultados da capacitação na Flamboyant, empresa que gerencia

CURSOS PERSONALIZADOS E DINÂMICOS

A gerente de Recursos Humanos do Serviço Social da Indústria (Sesi), Ana Lídia Leitão, destaca como vantagem dos cursos *in company* o fato de serem mais velozes que os convencionais. “Acredito que o Sesi seja um dos primeiros clientes desse novo produto do IEL. Ele nos foi bastante satisfatório, pois o fato de ser moldado conforme nossas necessidades faz com que ele seja mais dinâmico e célere”, enfatizou.

Mais de 150 colaboradores do Sesi já foram capacitados. Os profissionais da entidade ligada ao Sistema Fiepa receberam treinamento nos cursos de gestão de projetos, gestão de processos, gestão da inovação, direito trabalhista para gestores, atendimento ao público, inteligência emocional, ética e conduta, dentre outros.

“Registramos uma diminuição significativa no número de faltas e aumento na produtividade. Notamos uma maior satisfação e orgulho nos nossos funcionários em trabalhar aqui, sem falar na relação mais harmoniosa em todos os ambientes de trabalho.”

ERONILDO ROCHA, GERENTE INDUSTRIAL DA FLAMBOYANT

De acordo com Ana Lídia, a demanda para a capacitação dos profissionais do Sesi surgiu em função da estruturação do novo planejamento da entidade. “A qualificação profissional já era uma ação, no entanto, vem sendo constantemente promovida pelo Sesi. Para atender essa demanda crescente, sem fazer com que o profissional tenha grande parte do seu tempo funcional comprometido, encontramos como solução os cursos do IEL”, destacou.

Para a gerente do Sesi, além de poupar o tempo do profissional capacitado, os cursos *in company* apresentam como vantagem a possibilidade de serem realizados no ambiente de trabalho daqueles que irão receber a qualificação. “O curso foi dado aqui mesmo no Sesi para facilitar o acesso e a integração dos trabalhadores de todas as unidades que fazem parte do Sistema. Isso contribuiu para as melhorias que observamos em nossa rotina. Uma gestão mais próxima dos funcionários”.

Isaías Vieira, 43 anos, foi um dos colaboradores que passou pela capacitação. O técnico de manutenção conta que antes dos cursos as equipes não se conheciam e interagiam bem pouco. Isaías ressalta também que após, a formação, ele passou a ter mais interesse em buscar novos conhecimentos que enriqueçam e facilitem sua rotina profissional. “Além do entrosamento, houve um incentivo muito grande para que buscássemos conhecimento e voltássemos a estudar. Agora, falamos a mesma linguagem, damos valor ao mapa estratégico e sabemos que cada um tem a sua importância”, analisa.

Gualter Leitão, diretor regional do IEL, explica que os cursos



➤ Ana Lídia ressalta a celeridade como um dos diferenciais dos cursos *in company*

realizados por demanda atendem as reais necessidades das empresas e são planejados de acordo com o nível profissional do seu público. “Selecionamos para dar os cursos, profissionais que tenham conhecimento específico e possam usar a linguagem adequada a cada perfil identificado. Isso já não acontece nos cursos convencionais, o que leva, muitas vezes, ao desinteresse ou abandono do curso por parte do aluno, quando este não consegue acompanhar as informações repassadas”, destaca.

Segundo o diretor do IEL, os cursos de conhecimentos básicos ou chamados convencionais estão longe de serem extintos, embora uma parte venha conquistando espaço na internet. “Eles continuarão a ser ofertados pelo Instituto, mas a partir deste ano todos também podem ser desenvolvidos na modalidade *in company*, com con-

teúdos adaptados de acordo com o interesse e a realidade de cada empresa”.

Gualter ressalta que convencionais ou *in company*, o importante é que as empresas sempre promovam cursos de aperfeiçoamento e qualificação profissional aos seus colaboradores. O treinamento, destaca o diretor do IEL, é um investimento que as empresas fazem para a sustentabilidade econômica delas próprias, pois, ao agregar o conhecimento, elas ganham em produtividade e reduzem desperdícios. “Queremos intensificar os cursos específicos e criar uma cultura mais empreendedora para os gestores de empresas no nosso Estado, onde o principal objetivo seja desenvolver e aperfeiçoar a capacitação gerencial de seus colaboradores, buscando a excelência nos resultados da sua empresa”, finaliza. ➤



Valéria Barros

Qualificação ao alcance dos sentidos

PROGRAMA SENAI DE AÇÕES INCLUSIVAS PERMITE QUALIFICAR E INSERIR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Enviar e-mails, ler notícias on-line, fazer parte de uma rede social virtual ou acessar a internet. O que há algum tempo era visto como um privilégio para poucos, hoje, segundo pesquisa realizada no final do ano de 2009 pelo IBGE, já é parte do cotidiano de aproximadamente 67 milhões de brasileiros. Porém, existe uma parcela da população que não faz

parte de estatísticas tão otimistas assim: os deficientes visuais. Ainda de acordo com dados da pesquisa, dos 2,5 milhões de pessoas que possuem graves distúrbios visuais, apenas 10 mil têm acesso a computadores com programas adaptados.

De acordo com dados do Censo 2010 do IBGE, existem no Brasil 6,5 milhões de pessoas com defi-

ciência visual, das quais 528.624 mil são cegos ou têm dificuldades permanentes de enxergar. As dificuldades físicas desses cidadãos são muitas vezes tidas como barreiras para que tenham pleno acesso aos benefícios da sociedade digitalizada.

No entanto, a deficiência visual tem deixado de ser empecilho para a inclusão digital, que, a exemplo

de todo o País, avança no Pará. Proporcionando uma educação profissional comprometida com a diversidade, preservando a qualidade dos seus serviços, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), do Sistema Fiepa, desenvolve o Programa Senai de Ações Inclusivas (PSAI).

O objetivo é permitir a entrada das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, por meio da capacitação, e contribuir com as indústrias do setor para que elas cumpram as metas do processo de inclusão social, disponibilizando mão de obra qualificada.

O estudante universitário Marcelo Baldez, 21 anos, é deficiente visual e, neste ano, ingressou no curso de informática básica do Senai, onde aprendeu atividades como digitar textos, criar e editar planilhas, além de enviar e receber e-mails, utilizando o programa *Dos Vox*, que é um sistema de leitor do teclado do computador. “Atualmente, uso todo o aprendizado no meu curso de História, posso escrever meus artigos e realizar meus trabalhos sozinho”, diz o estudante, entusiasmado.

O curso de informática do qual Marcelo é aluno faz parte do PSAI, o qual treina e qualifica pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. A finalidade do Programa é oferecer maior capacitação profissional e, consequentemente, maior oportunidade de emprego, para que essas pessoas sejam efetivadas e obtenham melhor competitividade no mercado de trabalho formal. “Um dos objetivos do PSAI é potencializar resultados e minimizar custos operacionais para as empresas, promovendo a inclusão social e econômica de pessoas com deficiência”, comenta a interlocutora regional do PSAI no Pará, Flora Barbosa.



Marcelo utiliza os conhecimentos em informática aprendidos via PSAI na faculdade de História

FERRAMENTAS ESPECÍFICAS E MODERNAS

Dox Vox e *Virtual Vision* são ferramentas que estão abrindo um novo mundo para os deficientes visuais no Pará. O curso permite a inclusão de pessoas com esta deficiência na sociedade digital e a possibilidade de colocação no mercado de trabalho, garantindo a oportunidade a todos com respeito às diferenças. Eles podem conhecer e trabalhar com *Word*, *Excel* e *Internet Explorer*.

O software possibilita a pessoa com deficiência visual utilizar com autonomia o Windows, o Office, o Internet Explorer, o Lotus Notes e outros aplicativos, através da leitura dos menus e telas desses programas por sintetizador de voz.

O *Virtual Vision* executa uma varredura nos programas em busca de informações que podem ser lidas

para o usuário, possibilitando a navegação em menus, telas e textos presentes em praticamente qualquer aplicativo. A execução é realizada por meio de um teclado comum, e o som é emitido através de placa de som presente no computador.

O Sistema Fiepa reconhece no PSAI um modelo de responsabilidade social, que se destaca, sobretudo, pela sua proposta de qualificar pessoas com deficiência física, auditiva e visual para o mundo do trabalho. “Temos muito ainda o que fazer para que o número de deficientes empregados aumente e para que essas pessoas sejam realmente incluídas nas empresas de uma forma mais digna. Não apenas com ações da iniciativa privada, precisamos unir esforços com o Poder Público, a sociedade civil e pessoas com deficiência para que tenhamos uma melhoria na qualidade e quantidade da inclusão na indústria”, José Conrado Santos, presidente do Sistema Fiepa. ➡

MERCADO DE TRABALHO

No Pará, segundo a estimativa da Associação Paraense das Pessoas com Deficiência (APPD), 14% da população tem algum tipo de deficiência, só na capital são aproximadamente 15 mil deficientes visuais com perda parcial ou total da visão. De acordo com o diretor de colocação profissional da APPD, Cilas Pereira, a maior parte das pessoas com deficiência visual está fora do mercado de trabalho e mesmo com idade economicamente ativa encontram dificuldades pela falta de qualificação. “Cerca de 600 currículos foram cadastrados na Associação nos últimos 10 meses e entre os que encontram mais dificuldades de inserção no mercado estão os deficientes visuais”, comentou. Após a edição da Lei Federal 8.213/91 e do Decreto 3.298/99, que determinam que as empresas privadas empreguem uma cota de pessoas com deficiência, o mercado de trabalho começou a se tornar mais receptivo à inclusão profissional dessas pessoas. A legislação em vigor determina que todas as empresas com mais de 100 funcionários são obrigadas a contratar pessoas com deficiência, de acordo com a proporção de colaboradores. Ver quadro abaixo. Entretanto, o campo de atuação sobre as pessoas com deficiência é ainda limitado ao conhecimento técnico, sendo poucas as empresas e profissionais que dispõem de conhecimento para o desenvolvimento seguro de projetos de empregabilidade dessas pessoas. A razão de muitas pessoas com deficiência estarem à margem do mercado de trabalho está diretamente ligada às poucas oportunidades que têm de ingressar em cursos e treinamentos profissionais, o que resulta na baixa qualificação para o exercício do trabalho.

A cota de Pessoas com Deficiência (PcD) nas empresas brasileiras depende do número geral de empregados do quadro funcional, na seguinte proporção, conforme estabelece o art. 93 da Lei nº 8.213/91:



INCLUSÃO E RECONHECIMENTO

O Senai Pará terá uma representante deficiente visual na etapa nacional da maior competição de educação profissional das Américas, a Olimpíada do Conhecimento. O evento será realizado entre os dias 12 e 18 de novembro, em São Paulo. Ao todo, 40 pessoas com deficiência de 10 estados participarão das provas.

A representante do Pará é aluna da unidade do Senai de Cametá, Geisiane Paes, 18 anos. Geisiane, que perdeu a visão aos três anos de idade, foi o destaque da etapa regional da competição, realizada na sede da Fiepa, no mês de abril. Ela conquistou o primeiro lugar da modalidade Informática para Deficientes Visuais e o primeiro lugar geral da Olimpíada, com a maior pontuação, desbancando competidores de outras 10 modalidades, entre elas Mecânica de Automóveis, Movelaria, Eletrônica Industrial e Soldagem.

“Fiquei muito feliz em participar do curso e principalmente da Olimpíada. Não tinha nenhuma noção de como mexer no computador antes de entrar no Senai. Agora posso trocar e-mails com os meus amigos e até criei meu perfil no Facebook. Parece apenas um passo, mas tenho certeza que avancei muito e quero conquistar mais”, afirma Geisiane.

Além de Geisiane, outros nove alunos do Senai, das ocupações: Movelaria, Eletrônica industrial; Eletricidade industrial; Eletricidade predial; Segurança no trabalho; Mecânica de automóveis; Calçados; Soldagem e Sistema de Redes, fazem parte da delegação paraense que representará o estado do Pará na etapa nacional da Olimpíada do Conhecimento.

Os vencedores da etapa nacional poderão carimbar o passaporte para competir o WorldSkills Internacional, em Leipzig, na Alemanha, em julho de 2013. O torneio é considerado a maior competição de educa-



📌 Geisiane foi destaque na categoria “Informática para Deficientes” da Olimpíada do Conhecimento

ção profissional do mundo. Nele, os melhores alunos de mais de 50 países das Américas, Europa, Ásia e África precisam demonstrar habilidades técnicas e pessoais para executar as tarefas de sua profissão dentro de padrões internacionais de qualidade.

Hoje, Geisiane, que já instalou os programas no notebook que ganhou do Senai pelo primeiro lugar da Olimpíada, dedica a maior parte do seu dia treinando para a etapa nacional. De segunda a sexta, ela tem aula no Senai e até nos sábados e feriados treina com o instrutor, Jorge Monteles. “Eu sempre digo para o meu instrutor: Professor, a gente vai para a Alemanha!”.

É a primeira vez na história da Olimpíada do Conhecimento que haverá a participação de Pessoas com Deficiência (PcD). “Ficamos muito felizes com a participação desses novos competidores, pois entendemos que uma deficiência não é motivo para exclusão e sim oportunidade de aprendizado e crescimento profissional e pessoal de todas as pessoas que participam da Olimpíada”, destaca o diretor regional do Senai, no Pará, Gerson Peres. “Tenho certeza de que seremos muito bem representados, nossos competidores e treinadores estão de parabéns pelo esforço e dedicação”, completa. ➡



❖ Ocirema Figueiredo acredita que trabalhar noções de empreendedorismo nos jovens traz resultados surpreendentes não só profissionalmente

Para empreender não basta querer

O PRIMEIRO PASSO PARA ABRIR O PRÓPRIO NEGÓCIO É ENTENDER, DESDE CEDO, COMO EMPREENDER

Ter a casa própria, conseguir comprar um carro, viajar nas férias com a família. Os sonhos dos brasileiros são conhecidos há décadas, mas o fato é que há alguns anos uma expressiva parcela da população tem voltado seus esforços para realizar um novo sonho: ter o próprio negócio. No entanto, o que muita gente não sabe é que para ter sucesso em um empreendimento é preciso muito mais do que boa vontade. Planejar, estudar,

pesquisar são só algumas das particularidades voltadas para quem decide entrar no mundo dos negócios.

Apostando neste novo padrão social, muitas escolas, em todo o país, estão ajudando a construir uma geração de empreendedores levando para dentro das salas de aula assuntos como planejamento, mercado e finanças. Tudo isso para despertar no aluno uma nova visão para os negócios.

No Brasil, a Fundação Junior

Achievement é a maior e mais antiga organização de educação prática em economia e negócios, e ministra programas relacionados a empreendedorismo a alunos no ensino fundamental e médio. No Pará, a entidade atua em cerca de 60 escolas que recebem a aplicação de conteúdo teórico e prático voltado para a criação de uma nova consciência entre os alunos. Sustentabilidade, noções de organização, integração, recursos humanos

e marketing estão entre os assuntos abordados.

Tudo é ministrado de forma prática, e nem parecem ter relação com uma empresa, mas são importantes para a formação do futuro homem ou mulher de negócios. E os resultados não demoram a aparecer. “Notamos uma mudança de comportamento entre os alunos que participam das aulas, como melhoria na organização, valorização do dinheiro e até facilidade para falar em público e o relacionamento dentro de casa, com os pais”, detalha Ocirema Figueiredo, gerente executiva da Junior Achievement – Pará.

Entre as instituições que ministram o conteúdo da Fundação Junior Achievement em suas escolas está o Sesi, que desde este ano implantou os conteúdos voltados para o empreendedorismo a partir do 5º ano de suas escolas e nas turmas de Educação de Jovens e Adultos. “Pela própria característica do Sistema Fiepa, o tema empreendedorismo já estava previsto na nossa grade curricular. Então buscamos uma instituição que já era reconhecida por ter o domínio desse assunto, que aborda o tema de forma lúdica”, explica Márcia Arguelles, gerente de Educação do Sesi Pará. A meta é levar a disciplina para as turmas a partir do primeiro ano.

Atualmente, cerca de 2 mil estudantes do Sesi estão recebendo as aulas. “Percebemos uma melhoria no processo de aprendizagem e principalmente entre os alunos da EJA, que conseguem desenvolver planos de negócios e ter uma melhor visão orçamentária. O que eles aprendem nas aulas é aplicado dentro de casa, já que a administração financeira da família é algo fundamental”, diz a gerente. ➡

VOCÊ TAMBÉM TEM O SONHO DE SER SEU PRÓPRIO CHEFE? VEJA ALGUMAS DICAS PARA ENTRAR NO MERCADO.

TEMPO X PLANEJAMENTO

Você teve uma ideia incrível e inovadora ontem à noite e, amanhã, já quer estar com a empresa funcionando? Calma! Que tal procurar um profissional capacitado ou uma entidade que ajude elaborar um passo a passo para a realização do seu sonho? Reservar um período para colocar suas ideias no papel, elaborar um planejamento, prever riscos e oportunidades é fundamental para o sucesso do seu negócio.

FOCO

Estabelecer um ramo de atuação é imprescindível. Se você não tem uma família com uma empresa sólida e com mercado garantido, ficar em dúvida se abre uma floricultura ou um pet shop, por exemplo, é natural. Alternativas existem aos montes, mas é preciso fazer a escolha que pode lhe acompanhar para o resto da vida.

PAIXÃO FAZ A DIFERENÇA

Muitas pessoas querem ter a própria empresa, mas nem todo mundo se encanta pelo universo dos negócios. O verdadeiro empreendedor tem paixão pelo que faz. O entusiasmo é constante e mesmo quando algo dá errado ele enxerga oportunidades de aprendizado.

NÃO PARE NO TEMPO

Mesmo um excelente plano de negócios não vai livrar você de uma possível crise. Por isso, não pare de pesquisar sobre como ampliar sua área de atuação, o que os seus atuais clientes estão precisando e como conquistar novos parceiros. Ler bastante, fazer cursos, viajar e ampliar sua rede de contatos o manterá informado sobre o que está sendo feito no mundo e preparado para as inovações.

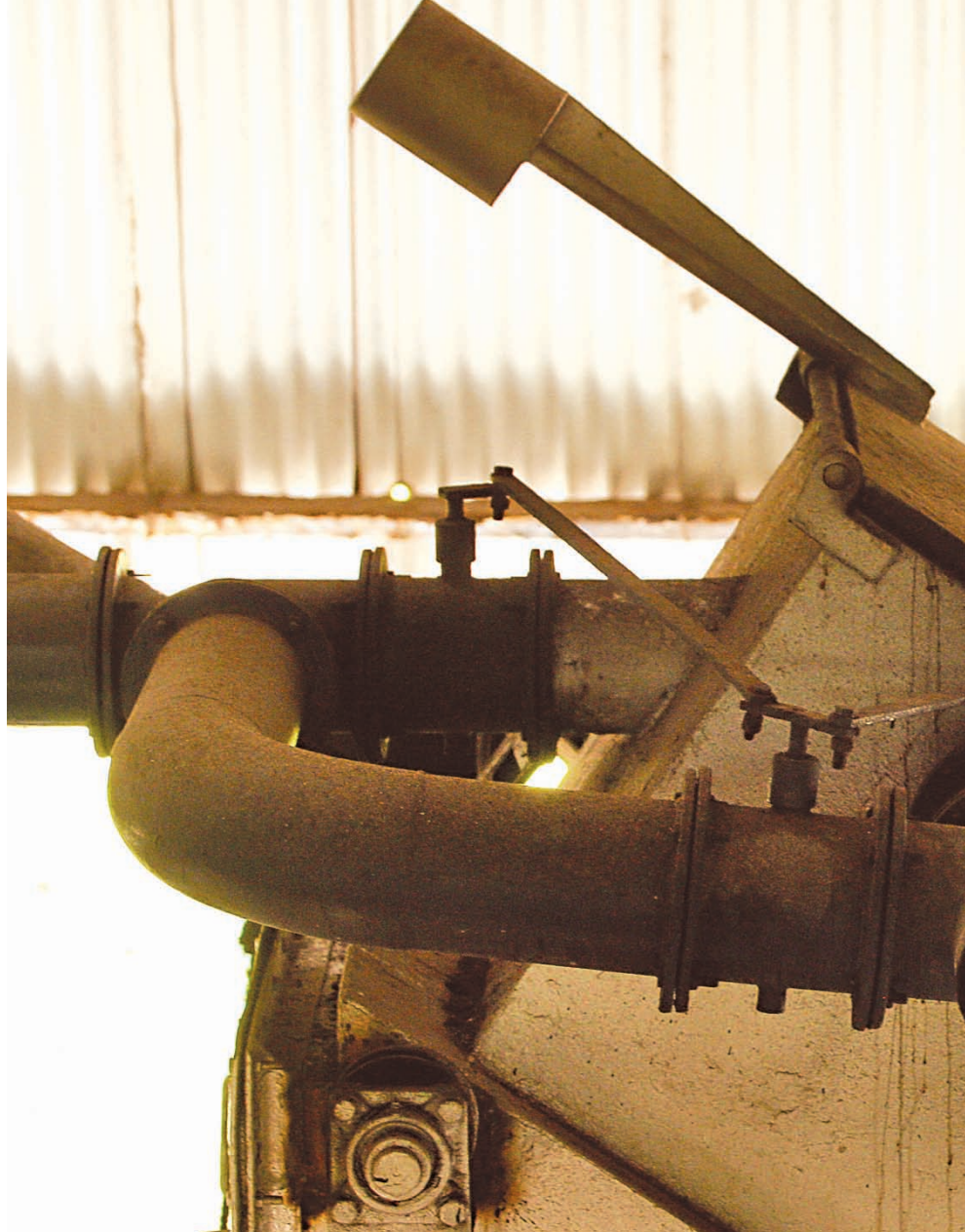


DA TEORIA À PRÁTICA

A prova de que investir na área dá resultado prático já pode ser comprovada. Em meio às aulas do curso de Agrimensura, no Instituto Federal do Pará, Salomão Porto Rodrigues, de 20 anos, entrou em contato, pela primeira vez, com a temática ligada ao empreendedorismo. O conteúdo, em um primeiro momento, foi visto pelo estudante como mais uma atividade da grade curricular.

Meses depois, Salomão se viu debruçado em um plano de negócios simplificado que organizava a produção de bombons de chocolate. “Nunca pensei em ter uma carreira empreendedora, mas quando me dei conta estava usando o que aprendi para montar minha própria pesquisa”, relembra Salomão.

O jovem optou pela produção de bombons de chocolate pelo fácil manuseio do produto e por ser um doce com mercado garantido. “Praticamente todo mundo gosta de chocolate”, diz. “Comecei com uma fornada de bombons e quando vi estava fazendo mais e mais”, lembra. Hoje, Salomão consegue produzir, por semana, cerca de 500 bombons que são comercializados em uma rede de doceria e entre amigos e parentes. E se engana quem pensa que o jovem empreendedor está satisfeito – durante a realização da reportagem, ele negociava a venda dos bombons em dois restaurantes de comida nordestina. “Com o dinheiro dos bombons já consegui comprar uma geladeira, um fogão, prateleiras pra organizar o material, além de reinvestir na compra de mais ingredientes. Nos primeiros meses não dá pra obter lucro real, porque tudo é reinvestido no próprio negócio”, diz com segurança de quem conhece a rea-



❖ A Clean Gestão Ambiental nasceu após uma pesquisa feita pelo empresário Maurício Ettinger que, no ano

lidade de mercado.

E os planos de Salomão não param. Além de ampliar o volume de produção dos bombons e aumentar a rentabilidade, o microempreendedor pretende concluir o curso de Agrimensura e depois partir para a faculdade de Administração ou Gestão. “Eu não venho de uma família de negócios, então valeu muito a pena ter acesso a esse conhecimento na área de empreendedorismo. No primeiro momento a gente nem tem ideia de montar um negócio, mas a médio e longo

prazo vai despertando a ideia de colocar em prática o que aprendemos”, garante.

DE OLHO NO MERCADO

Se a vontade de empreender existe, é hora de avançar para outros pontos. Um dos fatores primordiais para ter sucesso no negócio é a pesquisa. Saber como está o mercado, quais as tendências de negócios e quais as necessidades de uma localidade especí-



de 2000, notou que o Pará tinha carência de empresas na área de tratamento de resíduos sólidos

fica, pode determinar o ramo de atuação da sua futura empresa. Foi assim que Maurício Ettinger, proprietário da Clean Gestão Ambiental, trocou São Paulo pelo Pará, há aproximadamente 12 anos.

O engenheiro civil com pós-graduação em Administração Industrial já tinha uma empresa voltada para coleta de lixo em São Paulo, mas viu uma grande possibilidade de empreendimento no Pará, que ainda tinha uma lacuna nos serviços de meio ambiente. Foi aí que resolveu apostar na mudança.

“Por volta do ano 2000, o Estado ainda não tinha uma empresa com estrutura para atender grandes empresas que precisavam de um serviço de qualidade na área de meio ambiente. Hoje, somos referência em tratamento, coprocessamento e destinação de resíduos, além de oferecer outros serviços na área de gestão de meio ambiente, como perfuração de poços”, detalha Maurício.

E o reconhecimento não acontece só em nível regional. Atualmente a Clean faz parte da Associação Brasileira de Empresas de

Tratamento de Resíduos, que congrega as 50 maiores empresas de limpeza urbana do Brasil. Ou seja, o bom desempenho da empresa mostra que não adianta cultivar a vontade de ter um negócio, é preciso se capacitar. “Quem pensa em abrir e manter seu próprio negócio tem que estar atento às oportunidades do mercado, pesquisar o que outras regiões estão fazendo e estão precisando. Esse *benchmarking* tem que ser constante para buscar a inovação todo dia”, completa o empresário. ➡

NA BUSCA PELA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MAIS SUSTENTÁVEIS DEVE SER UMA REALIDADE NÃO SÓ DAS GRANDES CORPORações, MAS DOS EMPREGADOS, QUE PODEM SER “ECOLÓGICAMENTE AMIGÁVEIS” A PARTIR DE PEQUENAS AÇÕES.

Nunca antes se falou tanto em sustentabilidade e atitudes sustentáveis. Não faltam discussões acerca de como minimizar os impactos da humanidade no planeta, mas como conseguir um equilíbrio entre o consumo e o bem-estar ambiental? A resposta para esse questionamento pode estar mais perto do que você imagina, basta observar suas atitudes diárias.

Ser *ecofriendly* ou ecologicamente amigável é praticar pequenos atos que diminuam o seu impacto pessoal no meio ambiente. E isso não se trata somente de preservar florestas, rios e lagos. Meio ambiente é também o seu espaço diário, a sua mesa de trabalho, o seu escritório ou sua casa. Portanto, para de fato fazer diferença no planeta esse conceito precisa estar presente na sua rotina, influenciar seus hábitos e mudar suas atitudes.

A jornalista Adriana Ferreira já adota algumas atitudes *ecofriendly*. Ela, que aboliu de vez os copos descartáveis, passando a utilizar uma caneca de louça, aponta as inúmeras vantagens nisso. “Inicialmente, fiz a troca incentivada por uma campanha interna da empresa em que trabalho, mas depois me dei conta de que essa mudança de comportamento tinha um impacto ambiental. Agindo assim, estava contribuindo pra poluir menos e colabo-




rando para um planeta mais saudável, por isso, resolvi manter a prática. Isso já tem mais de dois anos”, ressalta Adriana.

Ela conta ainda que incorporou totalmente esses bons hábitos à sua rotina, estendendo as práticas ao seu ambiente doméstico. “Procuro ter esse comportamento ecológico em casa também. Mantenho poucas luzes ligadas, tento gastar a quantidade necessária de água durante o banho, passo e lavo roupas em maior quantidade e, ao mesmo tempo, evito ligar os eletrodomésticos sem necessidade. Com isso,

notei até uma economia nas minhas contas em casa”, afirma.

Empresas também se conscientizaram e mudaram hábitos para economizar e diminuir os impactos de sua produção no meio ambiente. Um exemplo é a Imerys, indústria que atua no beneficiamento de caulim nos municípios paraenses de Barcarena e Ipixuna do Pará. Através de estudos técnicos iniciados em 2011, a indústria detectou quais resíduos de sua produção poderiam ou não ser reaproveitados e hoje contabiliza uma economia de R\$ 280 mil por ano.

Fillipe Toledo, coordenador de Segurança, Saúde e Meio Ambiente da Imerys, conta que a ideia deu tão certo que ajudou inclusive a comunidade local. “Buscamos, dentro da comunidade de Barcarena, empresas e pessoas que trabalhassem com a reciclagem de alguns materiais, como sucata metálica, madeira e papelão. Após esse mapeamento, foi possível descobrir a existência de uma empresa que comprava os resíduos de poliéster, gerado no processo produtivo e, que, até então, era desprezado pela empresa. Ao ter esse conhecimento, foi possível revender o resíduo, incorporando mais uma fonte de receita com a comercialização do produto que antes era incinerado como lixo”, conta. 

OS 5 PASSOS BÁSICOS PARA SE TORNAR ECOFRIENDLY



Não imprima arquivos sem necessidade

Hoje, já existem vários recursos de compartilhamento de arquivos que podem ser usados como alternativas à impressão. Usar mais o envio de documentos por e-mail ou o arquivamento em rede, onde todos os colaboradores possam ter acesso ou até mesmo o acesso restrito a determinadas pastas, diminui a necessidade da impressão e produz o resultado que você teria com o papel, porém, você adota uma postura mais sustentável. Imprima apenas o essencial e, se possível, utilize a frente e o verso do papel.



Reduza, reutilize e recicle o material de escritório

Procure gerar o mínimo possível de lixo. Use com moderação cliques, grampos, bilhetes e envelopes. Se possível, reutilize papéis já impressos como rascunho ou blocos de notas. Troque os descartáveis por copos de vidro e canecas para o café. Aproveite para envolver os colegas de trabalho nessas atitudes. Organize um espaço onde as pessoas possam depositar os materiais de escritório usados e incentive o uso das canecas. Além de substituírem os copos plásticos, as canecas de formatos e cores diferentes tornam o ambiente de trabalho mais divertido.



Não deixe as máquinas no modo stand by

Passa a desligar o computador ao sair da sala por um período longo. Mesmo que o consumo de energia seja mínimo no modo *stand by*, ainda há gasto desnecessário de energia. Pensando de maneira isolada até pode parecer pouco, mas imagine uma empresa com 100 funcionários que não desligam o computador na hora em que saem para o almoço. A soma de todas essas atitudes resulta em um consumo grande de energia. Caso você saia por pouco tempo, também é possível poupar energia desligando a tela do monitor. Os monitores LCD consomem menos energia que modelos mais antigos, mas, ainda assim, gastam. Por exemplo: uma tela LCD de 17 polegadas consome cerca de 30 watts quando está ativa. No estado "dormir", o número cai para 1 watt.



Use a tecnologia a favor do meio ambiente

Algumas reuniões podem ser feitas à distância. Videoconferências podem ser uma excelente opção para reduzir a necessidade de deslocamento de um lugar para outro. Auxiliando diminuição da poluição causada pelo transporte que iria ser utilizado. Caso o encontro pessoal seja indispensável, procure marcar a reunião em um lugar que esteja a uma distância média para ambos os lados, isso evita a perda de tempo no trânsito e a necessidade de usar o transporte em uma viagem muito longa.



Vá e ofereça carona

Se você vai sozinho de carro todos os dias para o trabalho, tente mudar essa atitude. Verifique se há colegas que fazem o percurso parecido com o seu e combine uma carona. Faça um revezamento de carros e, a cada semana, um amigo diferente pode ser o motorista da rodada. Agindo assim, além de reduzir o seu custo, você irá contribuir muito para a redução da emissão dos gases poluentes e também com a mobilidade urbana da sua cidade.

☞ **Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Pará – Sindítec**

Presidente: Flávio Junqueira Smith
(91) 3230-3721
flavio@castanhhal.com.br
www.sindindustria.com.br/sinditecpa

☞ **Sindicato das Indústrias Madeireiras do Vale do Acará – Simava**

Presidente: Oseas Nunes de Castro
(91) 3727-1512 / 3727-1016
madeireiramaais@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/simavapa

☞ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Oeste do Pará**

Presidente: Antônio Djalma Vasconcelos
(93) 9121-6220
djavascon@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sigepa

☞ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Pará – Sigepa**

Presidente: Carlos Jorge da Silva
(91) 4009-4985 / 3241-5744
sigepa@globom.com / sigepa@fiepa.org.br

☞ **Sindicato da Indústria de Confeccões de Roupas e Chapéus de Senhora do Estado do Pará – Sindusrupa**

Presidente: Rita Arêas
(91) 4009-4872
sindusrupa@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sindusrupa

☞ **Sindicato da Indústria de Marcenaria do Estado do Pará – Sindmóveis**

Presidente: Neudo Tavares
(91) 3212-3318
sindmoveis@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindimoveispa

☞ **Sindicato da Indústria de Azeite e Óleos Alimentícios do Estado do Pará – Sinolpa**

Presidente: Antônio Pereira da Silva
(91) 4009-8000 / 4009-8004 / 3258-0001
Email: apereira@agropalma.com.br
www.sindindustria.com.br/sinolpa

☞ **Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Mat. Elétrico do Estado do Pará – Simepa**

Presidente: Marcos Marcelino de Oliveira
(91) 3223-7146 / 3242-7107
simepa@simepa.com.br
mrmarcos@marcosmarcelino.com.br
www.sindindustria.com.br/simepa

☞ **Sindicato das Indústrias de Mármore e Granitos do Estado do Pará**

Presidente: Ivan Palmeira Anijar
(91) 3210-8800 / 3210-8843
ivanijar@marmobraz.com.br

☞ **Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Pará – Sinpesca**

Presidente: Armando José Romaguera Burle
(91) 3241-4588 / 3241-2101
sinpesca@interconect.com.br
sinpesca@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinpescapa

☞ **Sindicato da Indústria de Calçados do Estado do Pará**

Presidente: Jaime da Silva Bessa
(91) 3224-6621
jaimbessa@hotmail.com

☞ **Sindicato da Ind. de Madeira de Jacundá – Simaja**

Presidente: Jonas de Castro
(94) 3345-1224 / 3345-1186

☞ **Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Pará – Sinduscon**

Presidente: Marcelo Gil Castelo Branco
(91) 3241-4058 / 3212-0132 / 4009-4988 / 3241-3763
secretaria@sindusconpa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindusconpa
www.sindusconpa.org.br

☞ **Sindicato da Ind. de Serr., Carp. Tan. Mad. Compensadas de Marabá - Sindimar**

Presidente: João Batista Corrêa Filho
Rua Nagib Mutran, 395 – Cidade Nova
68501-570. Marabá (PA)
www.sindindustria.com.br/sindimarpa

☞ **Sindicato da Indústria de Panificação do Estado do Pará – Sippa**

Presidente: Elias Pedrosa
(91) 3222-5140 / 3241-1052
sippa@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sippa

☞ **Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Construção e Região Norte e Nordeste – Simene**

Presidente: Nelson Tauro Oyama Kataoka
(91) 3721-3835 / 3711-0868
simenepa@hotmail.com / delegaciacastanhhal@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/simenepa

☞ **Sindicato da Indústria da Construção Naval do Estado do Pará – Sinconapa**

Presidente: Fábio Ribeiro de Azevedo Vasconcellos
(91) 3224-4142 / 4009-4981
fabio.sinconapa@fiepa.org.br / sinconapa@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinconapa

☞ **Sindicato da Indústria de Bebidas do Estado do Pará**

Presidente: Juarez De Paula Simões
(91) 3201-1500 / 3201-1508
juarez.simoes@gruposimoes.com.br
www.sindindustria.com.br/sindbebidaspa

☞ **Sindicato da Indústria de Serr. Tan. Mad. Comp. de Mad. de Paragominas - Sindiserpa**

Presidente: Mario Cesar Lombardi
(91) 3011-0053
sindiserpa@nortnet.com.br
www.sindindustria.com.br/sindserpa

☞ **Sindicato da Indústria de Palmitos do Estado do Pará – Sindipalm**

Presidente: Fernando Bruno C. Barbosa
(91) 3225-1788 / 4009-4883
sindipalm@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindpalmpa

☞ **Sindicato da Ind. de Benef. de Arroz, Milho, Mand. Soja, Cond. e Rações Bal. do Estado do Pará**

Presidente: Paulo Roberto Mendes
(91) 3222-0339
moinhosesperanca@hotmail.com

☞ **Sindicato da Indústria de Olaria Cerâmica para Construção e de Artefatos de Cimento a Armado do Estado do Pará – Sindolpa**

Presidente: Lisio dos Santos Capela
(91) 3241-0349
lscapela@gmail.com

☞ **Sindicato da Indústria de Madeira de Tucuruí e Região – Simatur**

Presidente: Angelo Colombo
simatur@mcloine.com.br

☞ **Sindicato da Ind. de Preparação de Óleos Vegetais e Animais, Sabão e Velas do Estado do Pará**

Presidente: Luiz Otávio Rei Monteiro
(91) 3204-1400/1401 / 3204-1430
smdist@amazon.com.br
vendas@grupostamaria.com.br

☞ **Sindicato da Ind. de Produtos Químicos, Farm. e de Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado do Pará – Sinquifarma**

Presidente: Nilson Monteiro De Azevedo
(91) 3241-8176 / 4009-4876
nilson@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinquifarmapa

☞ **Sindicato das Indústrias de Biscoitos, Massas, Café (Torrefação e Moagem), Salgadinhos, Substâncias Aromáticas, Doces e Conservas Alimentícias, Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Pará**

Presidente: Helio De Moura Melo Filho
(91) 3711-0868
siapa@linknet.com.br / helio@hilea.com.br
www.sindindustria.com.br/siapa

☞ **Sindicato da Agro-Indústria Tabageira do Estado do Pará – Saitep**

Presidente: José Joaquim Dingo
(91) 4009-4871
www.sindindustria.com.br/saiteppa

☞ **Sindicato da Ind. de Serr. Tan. de Mad. Comp. e Lam. de Belém e Ananindeua**

Presidente: Cezar Remor
(91) 3242-4081 / 4009-4878 / 3242-7342
sindimade@sindimade.com.br
www.sindindustria.com.br/sindimadpa

☞ **Sindicato da Carne e Derivados do Estado do Pará – Sindicarne**

Presidente: Dalberto Uliana
(91) 3225-1128 / 4009-4886
sindicarnepa@sindicarne-pa.com.br
www.sindindustria.com.br/sindicarnepa

☞ **Sindicato da Indústria Madeireira de Dom Eliseu – Simade**

Presidente: Rogério Bonato
(91) 3335-1142

☞ **Sindicato das Ind. da Construção e do Mobiliário de São Miguel do Guamá, Irituia Mãe do Rio e Aurora Do Pará - Sincom**

Presidente: Raimundo Gonçalves Barbosa
(91) 3446-2564 / 3446-1184
sicomsmg@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/sicompa

☞ **Sindicato da Ind. Madeireira e Movellaria de Tailândia – Sindimata**

Presidente: João Batista Medeiros
(91) 3752-1233 / 3752-1309
sindimata@idnet.com.br
www.sindindustria.com.br/sindimatapa

☞ **Sindicato da Ind. da Construção e do Mobiliário de Castanhal**

Presidente: Roberto Kataoka Oyama
(91) 3721-3835 / (91) 3711-0804
delegaciacastanhhal@fiepa.org.br / regina.cast@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sicmcpa

☞ **Sindicato da Ind. de Serraria, Tanoaria de Madeiras Compensadas e Laminados do Arquipélago do Marajó – Simmar**

Presidente: Dejafr Francisco De Oliveira
(91) 3783-1228
org.contabeis@bol.com.br
www.sindindustria.com.br/simmarpa

☞ **Sindicato da Ind. de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Pará - Sindirepa**

Presidente: André Luiz Ferreira Fontes
(91) 3254-5826 / 3244-8844
tecnover2@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sindirepa

☞ **Sindicato da Ind. de Frutas e Derivados do Estado do Pará – Sindifrutas**

Presidente: Solange Motta
(91) 3212-2619
sindifrutas@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindifrutasp

☞ **Sindicato da Ind. de Madeira do Baixo e Médio Xingu - Simbax**

Presidente: Renato Mengoni Junior
(93) 3515-3077
simbaxaltamira@yahoo.com.br

☞ **Sindicato das Indústrias de Ferro-gusa do Estado do Pará - Sindiferpa**

Presidente: Leonildo Borges Rocha
(91) 3241-2396 / 2347 / 4009-4884
anaclaudia@sindiferpa.com.br
www.sindindustria.com.br/sindiferpa

☞ **Sindicato das Indústrias Mineraias do Estado do Pará - Simineral**

Presidente: José Fernando Gomes Junior
(91) 3230-4066
presidencia@simineral.org.br
www.sindindustria.com.br/simineraispa

☞ **Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado do Pará**

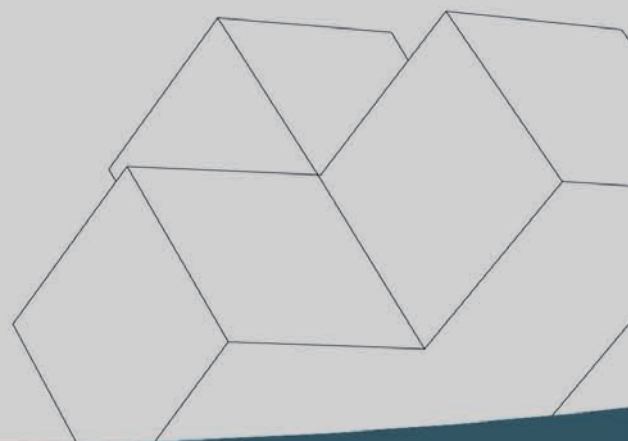
Presidente: Frederico Vendramini Nunes Oliveira
(94) 3322-1953
sindleitepa@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/sindleitepa



PRÊMIO SESI QUALIDADE NO TRABALHO

**Encaixe sua empresa
entre as melhores da indústria.**

Se a sua empresa acredita que encaixar
responsabilidade social na gestão é um bom
negócio, ela se encaixa aqui.



Participe da maior premiação para
boas práticas em responsabilidade social empresarial.
Inscreva sua prática.

Saiba mais no site www.sesi.org.br/psqt

SESI

Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



BELÉM

CIDADE LUZ DA AMAZÔNIA

EU FAÇO PARTE!

O SISTEMA FIEPA CONVOCA todos os cidadãos da região metropolitana de Belém a fazerem parte do projeto que vai transformar a capital paraense em um novo ícone: a cidade luz da Amazônia.

VAMOS, JUNTOS, criar um movimento e acender Belém, a partir do mês de outubro. Você pode participar iluminando a sua casa, seu condomínio, sua loja, sua rua, sua empresa...

Em 2016, quando Belém completa 400 anos, já será reconhecida nacionalmente como: CIDADE LUZ DA AMAZÔNIA.

FAÇA PARTE E AJUDE A ESTIMULAR O TURISMO EM NOSSA CIDADE.



Apoio



Iniciativa

